



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2011**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
(Ofício nº 24/2012 - CN - nº 11.140, de 2012, na origem)

ANO LXVII – SUP. “G” AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PS/C/PV) - 26	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽²⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽¹⁷⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(8,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,43) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Anibal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(8,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,43)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,32) Líclia Viana ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) Flexa Ribeiro ^(6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(218,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino ----- Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(8,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecio
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 29/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.120/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecio, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSNB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Líclia Viana é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 055/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/CSDF, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atas
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

OFÍCIO Nº 24/2012 – CN
(Ofício nº GPR 11.140/2012, na origem)

Ofício GPR 11.140/2012

Brasília-DF, 28 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ SARNEY DE ARAÚJO COSTA
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Assunto: **Encaminha Relatório de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.**

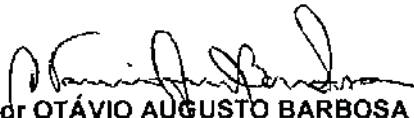
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto no art. 49, inc. IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar N. 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – Órgão 16.000 – e respectivo anexo.

2. Essa documentação abrange o resultado das análises específicas realizadas na prestação de contas e vem acompanhada de relatório descritivo e sintético dos programas e das ações desenvolvidos ao longo do exercício, em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.

3. Esclarecemos, ainda, que a elaboração dessa documentação obedeceu às solicitações contidas no Aviso 12/2011 – Gabinete do Ministro José Múcio Monteiro.

Respeitosamente,


Desembargador OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Recebido
André Sub
29/03/2012
18:25

Presidência do Senado Federal
Jacqueline de Almeida - Mat. 52000
Recebi o Original
Em 28/03/2012 às 17:10
Jacqueline



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Relatório de Contas de Governo

Órgão 16.000 – Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Exercício Financeiro 2011



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios



Relatório de Contas de Governo

Órgão 16.000 – Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Exercício Financeiro 2011

LEGISLAÇÃO APLICADA

Art. 70 a 75 – Constituição Federal do Brasil

Art. 56 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 101, de 2000

Art. 101 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 12.017, de 2009

Composição Tribunal Pleno

Composição em 2011

Desembargadores

Natanael Caetano Fernandes	Vera Lúcia Andrighi
Lécio Resende da Silva	Mário-Zam Belmiro Rosa
Nívio Geraldo Gonçalves	Flávio Renato Jaquet Rostirola
Otávio Augusto Barbosa	Nídia Corrêa Lima
Getúlio Vargas de Moraes Oliveira	George Lopes Leite
João de Assis Mariosi	Angelo Canducci Passareli
Romão Cícero de Oliveira	José Divino de Oliveira
Dácio Vieira	Roberval Casemiro Belinati
Getúlio Pinheiro de Souza	Silvânio Barbosa dos Santos
Mário Machado Vieira Netto	Sérgio Xavier de Souza Rocha
Sérgio Bittencourt	Arnoldo Camanho de Assis
Lecir Manoel da Luz	Fernando Antonio Habibe Pereira
Romeu Gonzaga Neiva	João Timóteo de Oliveira
Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias	Antoninho Lopes
José Cruz Macedo	João Egmont Leôncio Lopes
Waldir Leôncio Júnior	Luciano Moreira Vasconcellos
Humberto Adjuto Ulhôa	José Carlos Souza e Avila
José Jacinto Costa Carvalho	Teófilo Rodrigues Caetano Neto
Sandra de Santis Mendes de Farias Mello	Nilsoni de Freitas Custódio
Ana Maria Duarte Amarante Brito	João Batista Teixeira
Jair Oliveira Soares	Jesuíno Aparecido Rissato

Composição da Administração Superior

Desembargadores

Otávio Augusto Barbosa
Presidente

Dácio Vieira
Vice-Presidente

Sérgio Bittencourt
Corregedor

Composição da Equipe de Trabalho

Coordenação

Secretaria de Planejamento e Gestão
Estratégica – SEPG

Liz Criciny Werlang Rauber Kopper
Secretária

Equipe

Abigail Junqueira Torres
Haika Mendes de Amorim

Serviço de Planejamento Institucional
– SERPIN

Adriana Laus de Aquino
Alvaro André Santarém Amorim
George Washington Rodrigues dos
Santos
Marina Riehl de Magalhães Arruda

Subsecretaria de Orientação
Estratégica – SUORE

Simone Nunes de Miranda Carrer
Subsecretária

Equipe

Arlete Gonçalves Trindade
Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra

Serviço de Gestão de Projetos
Institucionais – SERGEP

Gilberto Freitas
João Eudes Monteiro Felix
José Gustavo Parreiras Horta Lima
Juliana Coutinho Chaves
Júlio Maurício Pinho Ribeiro Júnior
Ricardo Antônio de Jesus Ribeiro

Serviço de Análise Estatística –
SERANE

Andrea Monteiro da Silva
Francisco Rogério Gonçalves da Silva
Guilherme Souza Rodrigues
Ilvan Meireles de Magalhães
Kelly Pereira Guedes
Larissa Regina dos Santos Cruz

Serviço de Gestão de Processos de
Trabalho – SERPOT

Gisleine Cândido Barcelos
Leonardo Alves de Melo Neves
Mauricio Franceschini Duarte
Rodolfo Antônio da Costa Guará
Silvana da Silva Rodrigues

Revisão de texto

Núcleo de Revisão Textual – NURT

Impressão

Subsecretaria de Serviços Gráficos – SUGRA

Apoio

Presidência – PR

Gabinete da Presidência – GPR

Ouvidoria Geral – OVG

Secretaria Judiciária – SEJU

Núcleo de Inclusão – NIC

Secretaria do Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e

Pesquisa da Justiça do DF – SEIF

Secretaria de Controle Interno – SECI

Secretaria-Geral do TJDF – SEG

Coordenadoria de Projetos e Gestão de Contratos de Obras – COB

Secretaria de Recursos Humanos – SERH

Secretaria de Recursos Orçamentários e Financeiros – SEOF

Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSI

Secretaria de Saúde – SESA

Secretaria de Assistência e Benefícios – SEAB

Secretaria de Recursos Materiais – SEMA

Secretaria de Administração Predial – SEAP

Secretaria de Segurança e Transportes – SEST

Secretaria de Tecnologia da Informação – SETI

Vice-Presidência – VP

Secretaria de Jurisprudência e Biblioteca – SEBI

Secretaria de Gestão Documental – SEGD

Corregedoria-Geral – CG

Secretaria-Geral da Corregedoria – SGC

Assessoria de Desenvolvimento e Modernização da Corregedoria – ADEM

1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – VIJ

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, a fim de cumprir suas atribuições constitucionais e legais e de assegurar o alcance de resultados mais efetivos para a sociedade, estabeleceu um referencial estratégico, que compreende a definição da Missão, da Visão de futuro e dos Valores da organização, conforme se apresenta a seguir.

Missão

Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social.

Visão

Até 2016 apresentar resultados que reflitam o aumento de produção, eficiência e qualidade em nossa atuação.

Valores

Celeridade, Transparência, Excelência, Ética,
Pró-atividade, Eficácia, Imparcialidade, Coerência.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	14
2. RESULTADOS DO PROGRAMA 0567 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	15
2.1 APRECIÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO DISTRITO FEDERAL	20
2.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	22
2.3 IMPLANTAÇÃO DE VARAS COMUNS E DE JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.....	23
2.3.1 CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DE RIACHO FUNDO	24
2.3.2 CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DO RECANTO DAS EMAS	24
2.3.3 FÓRUM DE ÁGUAS CLARAS	24
2.3.4 FÓRUMS DO GUARÁ E DE ITAPOÃ	25
2.3.5 FÓRUM DA FAMÍLIA	25
2.4 CONSTRUÇÃO DO ANEXO II DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL	25
2.5 MODERNIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS	26
2.6 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL – E-JUS.....	26
2.7 ASSISTÊNCIAS E AUXÍLIOS	27
2.8 CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO.....	28
2.9 CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES – PESSOAL ATIVO	28
2.10 PROVIMENTO, REESTRUTURAÇÃO OU REVISÃO DE REMUNERAÇÕES – NACIONAL.....	29
2.11 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE ARMAZENAMENTO	29
3. GESTÃO ESTRATÉGICA	30
3.1 ANÁLISE DO PLANO ESTRATÉGICO – PE 2010-2016.....	30
3.1.1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.....	32
3.1.2 PRIMEIRO GRAU.....	34
3.1.3 JUÍZADOS ESPECIAIS	39
3.1.4 SEGUNDO GRAU.....	41
3.2 ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO – PLABI 2010-2012	45
4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	60
4.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS.....	60
4.2 EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	65
4.3 PROGRAMA OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS.....	66
4.4 RESTOS A PAGAR.....	68
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	70
4.6 ÍNDICES QUE PERMITEM AFERIR O COMPORTAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	71
4.6.1 ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	71
4.6.2 ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO	72
4.6.3 ÍNDICE DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2010 E LIQUIDADOS EM 2011	73
4.6.4 ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS DIRETAS COM PESSOAL E COM ENCARGOS SOCIAIS.....	73
4.6.5 ÍNDICE DE GASTO COM QUITAÇÃO DE PASSIVOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL EXECUTADA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	74
4.6.6 ÍNDICE DE GASTO COM PESSOAL INATIVO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS).....	74
4.6.7 ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS DIRETAS COM INVESTIMENTOS	74
4.6.8 ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS DIRETAS COM CUSTEIO	75

4.6.9	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CUSTEIO/INVESTIMENTO COM RECURSOS DE FONTE PRÓPRIA	75
4.6.10	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS – PRÓ-SAÚDE – NO PAGAMENTO DE DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA E AMBULATORIAL	76
4.6.11	ÍNDICE DE SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA.....	76
4.6.12	ÍNDICE DE CONTINGENCIAMENTO EM RELAÇÃO À DOTAÇÃO AUTORIZADA DE CUSTEIO/INVESTIMENTO	77
4.7	NOTAS EXPLICATIVAS COM OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS PARA A COMPOSIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ..	77
4.7.1	BALANÇO PATRIMONIAL – ART. 105 DA LEI 4.320/64.....	78
4.7.2	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ART. 102 DA LEI 4.320/64	82
4.7.3	BALANÇO FINANCEIRO – ART. 103 DA LEI 4.320/64	84
4.7.4	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ART. 104 DA LEI 4.320/64.....	87
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6.	ANEXOS	91

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa Estratégico do TJDF 2010-2016	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 – Casos novos por 100 mil habitantes (em milhares).....	33
Figura 3 – Fluxo processual no TJDF 2011 (em milhares).....	33
Figura 4 – Taxa de solução de processos	34
Figura 5 – Processos julgados e distribuídos no 1º Grau (em milhares)	35
Figura 6 – Processos em tramitação no 1º Grau (em milhares).....	36
Figura 7 – Fluxo processual no 1º Grau (em milhares)	37
Figura 8 – Fluxo processual na VEF (em milhares)	38
Figura 9 – Processos em tramitação por magistrado e por servidor no 1º Grau	39
Figura 10 – Processos distribuídos nos Juizados Especiais (em milhares)	39
Figura 11 – Fluxo processual dos Juizados Especiais (em milhares).....	40
Figura 12 – Fluxo processual nos Juizados Especiais (em milhares).....	40
Figura 13 – Processos em tramitação por magistrado e por servidor	41
Figura 14 – Fluxo processual no 2º Grau (em milhares)	42
Figura 15 – Processos julgados no 2º Grau (em milhares).....	42
Figura 16 – Processos em tramitação no 2º Grau (em milhares).....	43
Figura 17 – Fluxo processual no 2º Grau (em milhares)	43
Figura 18 – Processos em tramitação por magistrado e por servidor no 2º Grau	44

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Execução Física do Programa 0567	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2 – Execução dos Programas por Ações Orçamentárias.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3 – Programação Orçamentária.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 4 – Execução Orçamentária	65
Tabela 5 – Operações Especiais	Erro! Indicador não definido.
Tabela 6 – RP 2011	Erro! Indicador não definido.

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, por caracterizar-se como órgão integrante do Poder Judiciário Federal, deve prestar contas à sociedade pelos recursos da União transferidos à Corte de Justiça para execução de suas atividades. Trata-se de dever constitucional, mas, acima disso, de ato de responsabilidade social.

A fim de garantir a consecução de sua Missão – proporcionar o acesso à Justiça e a resolução de conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social –, o TJDF lida diariamente com um desafio comum à Administração Pública Federal: assegurar a eficiente gestão dos recursos públicos sob sua responsabilidade.

Sempre atento à legislação vigente e com foco na economia de recursos e otimização de resultados, o Tribunal encontrou, no planejamento e na gestão estratégica, a ferramenta que necessitava para priorizar ações, acompanhar seu desenvolvimento e aferir seus resultados.

Por meio do Plano Estratégico – PE 2010-2016, a Casa mantém-se alinhada às diretrizes estratégicas institucionais. O Plano de Gestão do Biênio – PLABI 2010-2012, do Excelentíssimo Senhor Desembargador OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA, estabelece os projetos prioritários capazes de viabilizar o alcance dessa estratégia. Ambos os instrumentos permitem melhor direcionamento dos servidores para a execução de suas atividades, acompanhamento mais preciso dos benefícios gerados por sua atuação e correção de eventuais desvios ainda na fase inicial.

Este Relatório de Contas visa a apresentar as ações desta Corte de Justiça desenvolvidas durante o exercício de 2011 com vista a garantir prestação jurisdicional de qualidade à população do Distrito Federal. Além da exposição pormenorizada do desempenho do Tribunal no que concerne à sua gestão orçamentária e financeira, o documento enfatiza os resultados obtidos durante a gestão.

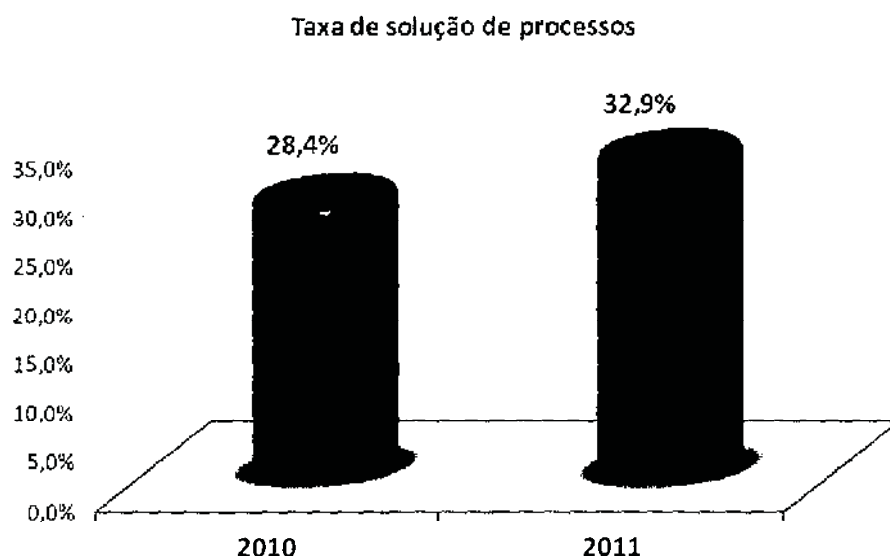
2.RESULTADOS DO PROGRAMA 0567 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Esta sessão é dedicada a apresentar os resultados advindos da utilização dos recursos orçamentários federais disponibilizados para o Programa de Governo 0567 – Prestação Jurisdicional no Distrito Federal e Territórios, no que tange, principalmente, ao cumprimento das metas pré-determinadas.

O objetivo do Programa Prestação Jurisdicional no Distrito Federal é proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução de conflitos por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social.

A fim de medir o desempenho do Programa, foi estabelecido, legalmente, como indicador, a taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cuja apuração é realizada mensalmente por esta Corte Judicial.

No ano de 2011, a taxa de solução de processos ficou em 32,9%, um resultado 4,5 pontos percentuais superior ao apurado em 2010.



A Lei 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, Lei Orçamentária Anual – LOA, designou duas unidades orçamentárias para alocação de recursos ao Tribunal, como demonstrado a seguir:

Unidades Orçamentárias	Valor (R\$)
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	1.626.640.338
16103 - Justiça da Infância e da Juventude	14.870.000
TOTAL	1.641.510.338

Os recursos alocados podem ser classificados conforme a natureza econômica da despesa, da seguinte forma:

Natureza	Dotação Inicial
Despesas Correntes	1.568.202.562,00
Pessoal e Encargos Sociais - 1	1.355.515.462,00
Ativos	932.484.166,00
Inativos e Pensionistas	241.979.668,00
Encargo Patronal (CPSS)	181.051.628,00
Outras Despesas Correntes - 3	212.687.100,00
Investimentos - 4 (Despesas de Capital)	73.307.776,00
TOTAL	1.641.510.338,00

A LOA fixou o montante de R\$ 1.386.052.475,00 para a realização de despesas no bojo do Programa 0567. Durante o exercício financeiro, foram abertos créditos adicionais, que totalizaram mais R\$ 40.904.675,00, o que resultou na dotação orçamentária final de R\$ 1.426.957.150,00, conforme demonstrativo expresso na **Tabela 1 – Execução Física do Programa 0567**.

Das dotações autorizadas, 99% se transformaram em despesas empenhadas. Em virtude do contingenciamento imposto a este Órgão, não foi possível alcançar a margem de 100% de empenhos. As despesas liquidadas totalizaram R\$ 1.322.589.817,17. Já a inscrição em restos a pagar não processados atingiu o valor de R\$ 89.611.819,96.

O contingenciamento de recursos imposto ao Órgão, no decorrer do exercício financeiro, interferiu no cronograma inicialmente definido para a contratação de bens e serviços vinculados aos projetos institucionais, o que acabou por prejudicar o cumprimento das metas estabelecidas na LOA.

Ao final do ano, permaneceram contingenciados R\$ 14.057.814,21. Desse valor, R\$ 8.308.671,00 foram restringidos em virtude dos resultados demonstrados no Relatório de Avaliação do 5º bimestre. A causa da não liberação dos outros R\$ 5.749.143,21 foi a insuficiência na arrecadação de receitas próprias das fontes 0180 e 0181.

O Programa 0567 desdobra-se em 15 ações orçamentárias:

1. Apreciação e Julgamento de Causas – 4234;
2. Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais – 3751;
3. Capacitação de Recursos Humanos – 4091;
4. Construção do Anexo II da Vara da Infância e Juventude – 19BG;
5. Modernização de Arquivos – 3753;
6. Implantação do Sistema e-Jus – 123R;
7. Assistência Jurídica a Pessoa Carente – 4224;
8. Assistência Médica e Odontológica – 2004;
9. Assistência Pré-Escolar – 2010;
10. Auxílio-Transporte – 2011;
11. Auxílio-Alimentação – 2012;
12. Contribuição da União – 09HB;

13. Construção do Complexo de Armazenamento – 13ZW;

14. Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Judiciário Nacional – OC04;

15. Provimento, Reestruturação ou Revisão de Remunerações – Nacional – 20AK.

Os resultados alcançados nessas ações são apresentados na Tabela 1 – Execução Física do Programa 0567.

Tabela 1 – Execução Física do Programa 0567

Programa/Ação	Financeira				Física					
	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Autorizada	Realizada	%	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	%	Meta 2012
0567 – Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	1.316.052.425,00	40.903.675,00	1.476.957.150,00	1.412.201.617,13	99,0%					
2004 0053 Assistência Médica e Odontológica	18.918.380,00	3.829.683,00	22.742.063,00	22.742.063,00	100,0%	Pessoa beneficiada (unidade)	17.845	18.452	103,4%	20.276
2010 0053 Assistência Pré-Escolar	6.354.564,00	3.400.000,00	9.754.564,00	9.754.564,00	100,0%	Criança atendida (unidade)	1.177	1.774	150,7%	1.651
2011 0053 Auxílio-Transporte	283.836,00	120.000,00	403.836,00	403.836,00	100,0%	Servidor beneficiado (unidade)	307	473	154,1%	666
2012 0053 Auxílio-Alimentação	45.504.576,00	9.798.801,00	55.298.377,00	55.298.377,00	100,0%	Servidor beneficiado (unidade)	6.418	7.331	114,2%	6.431
4091 0053 Capacitação de Recursos Humanos	5.000.000,00	(36.438,00)	4.963.561,00	4.963.556,87	99,9%	Servidor capacitado (unidade)	17.000	11.817	69,5%	17.562
4234 0053 Apreciação e Julgamento de Causas	1.048.528.932,00	27.903.153,00	1.076.432.085,00	1.076.298.500,84	99,9%	Processo julgado (unidade)	372.071	424.108	114,0%	386.992
3751 0053 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais	8.000.000,00	37.512.374,00	45.512.374,00	39.576.787,62	86,8%	Varas Implantadas (Un.)	8	5	62,5%	5
3751 0060 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais	19.900.000,00	(3.980.000,00)	15.920.000,00	12.351.611,80	77,6%	Varas Implantadas (Un.)	6	-	-	-
3753 0053 Modernização de Arquivos	9.133.000,00	(1.826.600,00)	7.306.400,00	7.306.400,00	100,0%	Caixa arquivo tratada (%)	100	100	100,0%	100
0948 0001 Contribuição da União	171.379.217,60	9.672.411,00	181.051.628,00	181.051.628,00	100,0%	-	-	-	-	-
1238 0001 Implantação do Sistema e-Jus	2.092.970,00	411.362,00	2.504.332,00	2.504.332,00	100,0%	Sistema Implantado (%)	10	10	100,0%	10
4124 0053 Assistência Jurídica a Pessoa Carente	96.000,00	(48.000,00)	48.000,00	-	-	Pessoa assistida (unidade)	36	-	-	72
1324 0053 Construção do Complexo de Armazenamento	2.900.000,00	(580.000,00)	2.320.000,00	-	-	Complexo construído (%)	100	-	-	-
0004 0001 Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Judiciário - Nacional	31.717.000,00	(31.717.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-
20AK 0001 Contribuição para Previdência decorrente da Criação, Provimento, Reestruturação ou Revisão de Remunerações - Nacional	7.244.000,00	(7.244.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	-
198G 0053 Construção do Anexo II da Vara da Infância e Juventude	9.000.000,00	(6.300.000,00)	2.700.000,00	-	-	Anexo construído (%)	100	-	-	3

Notas

[1] Houve contingenciamento no valor de R\$ 14.057.814,21 no programa 0567, bem como destaque cancelado no valor de R\$ 649.698,66.

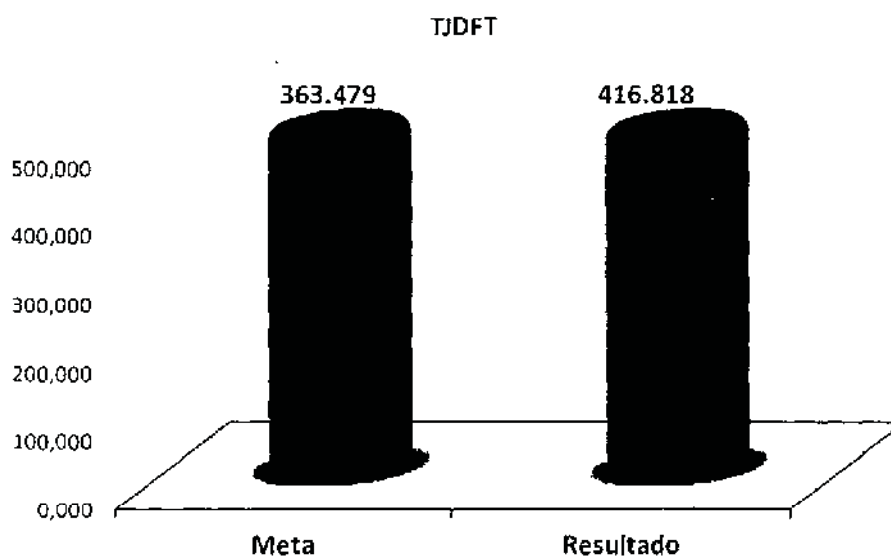
[2] Não houve execução de despesa na ação 4234 - Assistência Jurídica a Pessoa Carente.

2.1 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal

A ação Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal – 4234 tem por finalidade garantir ao TJDFT os recursos necessários à prestação jurisdicional. Engloba a realização de despesas diversas, referentes a acompanhamento de processos, elaboração de despachos, pareceres, sentenças e serviços administrativos, contratação de serviços de caráter continuado, aquisição de material de consumo, mobiliário, veículos, equipamentos, diárias, passagens, expansão do parque computacional e, ainda, pagamento dos subsídios dos magistrados e da remuneração dos servidores.

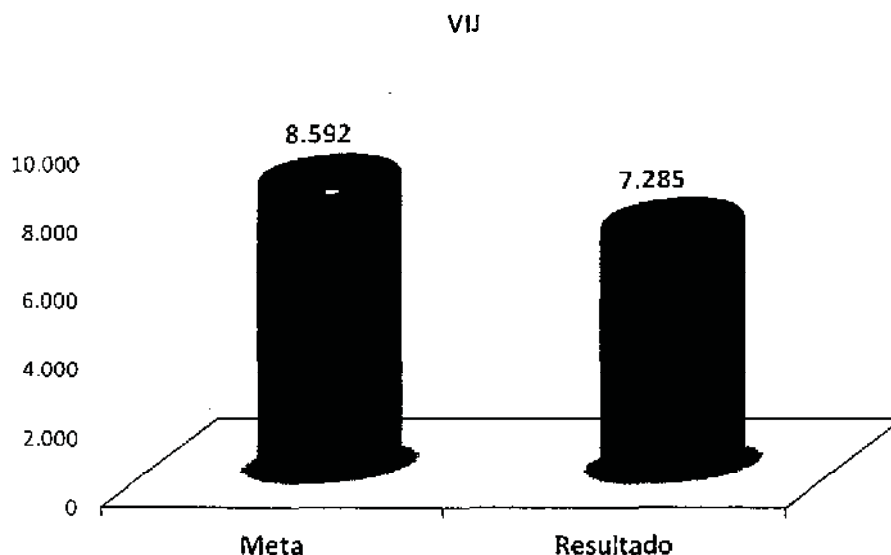
A meta física relacionada à ação em comento para o ano de 2011 foi a de julgar 372.071 processos. Essa meta foi subdividida entre as duas unidades orçamentárias vinculadas a este Órgão.

A Unidade Orçamentária 16101 teve a atribuição de atingir 363.479 processos julgados. Para tanto, recebeu uma dotação de R\$ 1.070.466.381,00. Assim, conseguiu ultrapassar a meta definida ao julgar 416.818 processos, o que representou o alcance de 114,7% da meta programada. Do montante total liberado, 99,9% foram executados.



A meta definida para a unidade orçamentária 16103 – Justiça da Infância e da Juventude – foi a de julgar 8.592 processos. O montante disponibilizado para tal fim foi de R\$ 5.965.704,00. A Vara da Infância e da Juventude – VIJ julgou 7.285 processos,

deixando de cumprir a meta estabelecida. A execução financeira dos recursos orçamentários alcançou o percentual de 99,9%.



Em função dessa ação de governo, foram originados diversos certames licitatórios. A unidade orçamentária 16101 utilizou recursos para equipar, por completo, o Fórum Desembargador Joaquim de Sousa Neto, também conhecido como Fórum Verde, primeira edificação do Judiciário brasileiro com processo de construção sustentável. As divisórias e o mobiliário adquiridos foram fabricados com material de áreas de reflorestamento.

Foram obtidos, no decorrer do ano, veículos e ônibus biocombustíveis. A atualização do acervo bibliográfico do Órgão foi realizada em 2011. Os recursos possibilitaram a modernização de equipamentos da Gráfica do TJDF. Além disso, cinco novos gabinetes de desembargadores foram instalados durante o exercício.

Contratações para manutenção predial foram realizadas. O *software* de gestão de bens patrimoniais e de consumo foi atualizado. Houve, ainda, o pagamento de despesas correntes de insumos, tais como: água, luz, telefonia e serviços gerais.

Por meio da unidade orçamentária 16103, foram realizados diversos procedimentos licitatórios, que resultaram em dispêndios de recursos provenientes da ação em questão, entre os quais se destacam os vinculados à ampliação e à adaptação

das instalações físicas da VIJ. Além disso, diversas despesas de custeio foram realizadas para atender à programação prevista nos contratos de limpeza, manutenção de máquinas e equipamentos, segurança, fornecimento de energia elétrica, água e telefonia. No intuito de melhorar o atendimento aos jurisdicionados, o parque tecnológico foi modernizado, de modo a propiciar uma maior celeridade no atendimento.

2.2 Capacitação de Recursos Humanos

A ação Capacitação de Recursos Humanos – 4091 visa proporcionar aos servidores e magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atividades, com eficácia e qualidade, mediante o oferecimento de cursos de treinamento e aperfeiçoamento, palestras, oficinas de trabalho e outros eventos de capacitação.

A Escola de Administração Judiciária – Instituto Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro é responsável pelo gerenciamento e pela execução das ações de treinamento. Por ter sido instituída para proporcionar a magistrados e servidores um ambiente de educação continuada, promove oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento profissional necessários ao cumprimento da Missão institucional deste Órgão.

A meta prevista na LOA de 2011 para esta atividade foi a de realizar 17.000 capacitações. Considerando que o número de participações em treinamento foi de 11.817, atingiu-se 69,5% da meta. Cabe registrar que houve a participação de 1.323 pessoas da sociedade civil nos diversos eventos oferecidos pelo TJDF. Dessa forma, a Escola de Administração Judiciária computou, em 2011, mais de 13.000 participações em ações educacionais e capacitou mais de 3.800 pessoas, entre magistrados e servidores.

Para tanto, foram realizadas cerca de 400 ações educacionais, que totalizaram aproximadamente 11.000 horas-aula, garantidas por uma execução orçamentária que atingiu 99,9% dos recursos disponibilizados.

Ressalta-se que a Escola de Administração Judiciária tem-se destacado perante o Poder Judiciário, mediante o desenvolvimento de ações educacionais de vanguarda. Com base em um planejamento estruturado, o principal foco da Escola tem sido oferecer ações voltadas à excelência na prestação jurisdicional.

Além disso, como unidade estratégica, a Escola tem propiciado debates com a sociedade sobre temas que afligem o cidadão, tais como a regularização fundiária e urbanística do Distrito Federal.

2.3 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais

A ação *Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais – 3751* objetiva promover a expansão da prestação jurisdicional no DF.

Os recursos provenientes dessa ação foram empregados, em 2011, na instalação de cinco novas varas cíveis, todas localizadas na Circunscrição Judiciária de Brasília. A execução física da meta associada a essa ação foi de 62,5%. A execução orçamentária, correspondente a 87,6% dos recursos disponibilizados, foi caracterizada pelo remanejamento, por ato próprio, de R\$ 9.580.000, e pelo contingenciamento de outros R\$ 3.255.468,27. A insuficiência de arrecadação de receitas oriundas de fontes de receitas próprias totalizou o valor de R\$ 5.648.757,65.

Embora não atingida a meta física em sua totalidade, o TJDF deu continuidade aos projetos para cumprir a Resolução 14, de 31 de maio de 2010, que criou as Circunscrições Judiciárias do Riacho Fundo, de Águas Claras, do Recanto das Emas, do Guará e de Itapoã. Todas as obras seguem as diretrizes da Resolução 1, de 31 de janeiro de 2011, que trata do sistema que prioriza as obras que serão construídas pelo TJDF, levando em consideração critérios de eficácia, economicidade e padronização.

Todas as obras são acompanhadas e fiscalizadas pelo Comando do Exército Brasileiro por meio de convênio de cooperação técnica estabelecido entre o TJDF e o Ministério do Exército.

Vale acrescentar que, além da instalação de varas comuns – para as quais existe a meta –, foram também instaladas a 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis,

Criminais e da Fazenda Pública bem como as unidades judiciárias de Segunda Instância, entre as quais, quatro gabinetes de desembargadores e uma Turma Criminal.

2.3.1 Construção do Fórum de Riacho Fundo

As obras de construção do Fórum do Riacho Fundo tiveram início em 29 de dezembro de 2010. A expectativa é de que, até maio de 2012, o Fórum seja inaugurado, o que permitirá atender à população das Regiões Administrativas do Riacho Fundo I e II, estimada em 105 mil habitantes.

2.3.2 Construção do Fórum do Recanto das Emas

O Fórum do Recanto das Emas deverá ser inaugurado em maio de 2012 e atenderá uma população estimada em 150 mil pessoas. O novo Fórum contará com varas cível, criminal, de família, de órfãos e sucessões, além do tribunal do júri.

2.3.3 Fórum de Águas Claras

No exercício de 2011, rescindiu-se o contrato com a empresa ganhadora da licitação para a construção do Fórum de Águas Claras. Dessa forma, tornou-se necessária a realização de novo procedimento licitatório para a contratação dos serviços de construção do Fórum. A licitação foi homologada no final de dezembro, e a previsão de entrega das obras é de, aproximadamente, 10 meses.

O novo Fórum contará com varas de família, cível, criminal, de órfãos e sucessões, incluído o tribunal do júri, e atenderá à população de Águas Claras, Vicente Pires e Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, estimada em 180 mil pessoas que, até o momento, mantêm suas ações nos Fóruns de Brasília e de Taguatinga.

2.3.4 Fóruns do Guarará e de Itapoã

No final do mês de dezembro, foram homologadas as licitações para construção dos Fóruns do Guarará e de Itapoã. Ambos deverão contar com varas de juizados especiais, cíveis e criminais. O Fórum do Guarará atenderá a uma população de cerca de 100 mil habitantes; e o de Itapoã, de cerca de 130 mil habitantes.

2.3.5 Fórum da Família

As obras do Fórum da Família foram iniciadas em 2011, no espaço do complexo de prédios do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes, próximo à estação de metrô do Parkshopping. Todas as sete varas de família serão instaladas nessa localidade, a partir de 2012. O processo licitatório para construção do Fórum foi realizado em 2011, com um investimento de R\$ 9.732.452,21.

2.4 Construção do Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal

O objetivo da ação é construir o Anexo II da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal para abrigar os Gabinetes do Juiz Titular e dos Juízes Substitutos, a Diretoria-Geral, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica, bem como as salas de atendimento psicossocial.

Não foi possível executar a obra no exercício findo, uma vez que a alteração de gabarito do terreno prevista no projeto executivo não foi aprovada pela Administração Regional de Brasília. Dessa forma, houve contingenciamento de recursos orçamentários no valor de R\$ 2.700.000,00.

2.5 Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos

A ação orçamentária *Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos* – 3753 objetivou otimizar os espaços reservados ao arquivamento de autos judiciais, melhorar o acesso às informações, aprimorar a segurança das informações e implantar uma sistemática digital que possibilite a substituição de procedimentos realizados em papel.

A meta proposta na LOA para essa ação foi 100% executada. Em 2011, foram tratados 99.837 processos do arquivo e eliminadas 630 toneladas de papel. A destruição de documentos processuais culminou na liberação de um espaço físico com área superior a 1,5 mil m², o que representou uma considerável redução de custos com armazenamento e manutenção do arquivo.

O material destruído foi doado à Central das Cooperativas dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF – CENTCOOP-DF, conforme convênio assinado com essa entidade.

Ressalta-se que o Conselho Especial deste Tribunal aprovou, em 2011, a dispensa da digitalização de processos judiciais findos antes de sua eliminação. A medida implica economia direta de cerca de R\$ 6 milhões para os cofres públicos, além de reduzir custos com a guarda e a conservação de 1,5 milhão de autos.

2.6 Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional – e-Jus

A ação orçamentária *Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Distrito Federal e Territórios (e-Jus)* – 123R tem por finalidade a implantação e a consolidação de infraestrutura tecnológica comum aos órgãos do Poder Judiciário, de modo a interligá-los. Também postula a promoção da inclusão digital no TJDF por intermédio da aquisição e da instalação de equipamentos de informática e softwares.

O recurso orçamentário angariado foi utilizado para a aquisição de computadores compatíveis com o escopo do e-Jus. A meta associada a essa ação foi 100% atingida.

2.7 Assistências e Auxílios

O Tribunal foi contemplado com recursos orçamentários para realizar diversas ações relacionadas a assistências e auxílios.

Discorre-se aqui, de maneira breve, sobre a utilização dos recursos provenientes do orçamento da União, com enfoque no cumprimento das metas estipuladas na LOA de 2011.

A ação *Assistência Jurídica a Pessoa Carente – 4224* tem como objetivo garantir assistência jurídica gratuita a pessoas carentes mediante contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

Diante da impossibilidade de realizar o credenciamento de clínicas e profissionais da área psicopedagógica para atuar em processos de pessoas carentes, a execução de qualquer despesa relacionada à ação em comento ficou prejudicada.

Devido a essas circunstâncias, foi realizado o remanejamento de 50% das dotações orçamentárias para a ação *Apreciação e Julgamento de Causas* por ato próprio deste Órgão.

A *Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – 2004*, outra ação atribuída a este Tribunal, teve como meta beneficiar 17.845 pessoas. Por meio da execução de R\$ 22.742.043,00, foram atendidas 18.452 pessoas. Portanto, a meta prevista não apenas foi cumprida como também ultrapassada em 3%.

A ação *Assistência Pré-Escolar – 2010* resultou no atendimento a 1.774 crianças, o que ultrapassou em 50% a meta estabelecida na Lei Orçamentária de 2011. Foi utilizado, para tanto, o montante de R\$ 22.742.043,00.

A ação governamental *Auxílio-Transporte – 2011*, registrada na LOA, pretendia beneficiar 307 servidores do Tribunal. Durante o exercício, 473 servidores foram

contemplados. Os recursos necessários para a execução dessa despesa somaram R\$ 403.836,00.

A ação governamental auxílio-alimentação – 2012, registrada na LOA, utilizou, para o pagamento desse benefício aos servidores, recursos no montante de R\$ 55.298.377,00, que propiciaram o benefício a 7.331 servidores, o que ultrapassou em 14% a meta relativa à ação.

2.8 Contribuição da União

A ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – O9HB refere-se ao pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004. Para realização desta ação, que, em virtude de sua finalidade, não possui meta física, foram executados R\$ 181.051.628,00.

2.9 Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Pessoal Ativo

A ação Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Pessoal Ativo – OCO4 refere-se à centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas com a criação ou provimento de cargos e funções bem como com a reestruturação de carreiras e com a revisão de remuneração no âmbito da Administração Pública Federal.

Trata-se de ação que visa centralizar os recursos orçamentários relativos às autorizações contidas no Anexo V da Lei Orçamentária e dar visibilidade a eles, com a ressalva de que não se constitui ação para execução orçamentária e financeira.

Em conformidade com os dispositivos legais, os recursos dessa ação foram remanejados, via crédito suplementar, para a ação *Apreciação e Julgamento de Causas – 0567*.

2.10 Provimento, Reestruturação ou Revisão de Remunerações – Nacional

A ação *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão das Remunerações – 20AK* refere-se à centralização de recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas decorrentes da Contribuição Patronal ao Regime de Previdência do Servidor Público Federal em função da criação ou provimento de cargos e funções; reestruturação de cargos e carreiras e revisão de remunerações constantes de anexo específico da lei orçamentária de cada exercício, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.

Este Tribunal, em conformidade com o disposto nas normas específicas, remanejou, ao longo do exercício, os recursos destinados a essa ação para serem executados na ação 09HB.

2.11 Construção do Complexo de Armazenamento

A execução da ação *Construção do Complexo de Armazenamento – 13ZW* ficou comprometida no exercício findo em virtude do contingenciamento de aproximadamente 80% do valor da dotação inicial liberada. Os 20% restantes foram remanejados para utilização em outras ações do Programa 0567.

Essa situação foi explicitada nas notas explicativas da Gestão Orçamentária e Financeira deste Órgão.

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

3.1 Análise do Plano Estratégico – PE 2010-2016

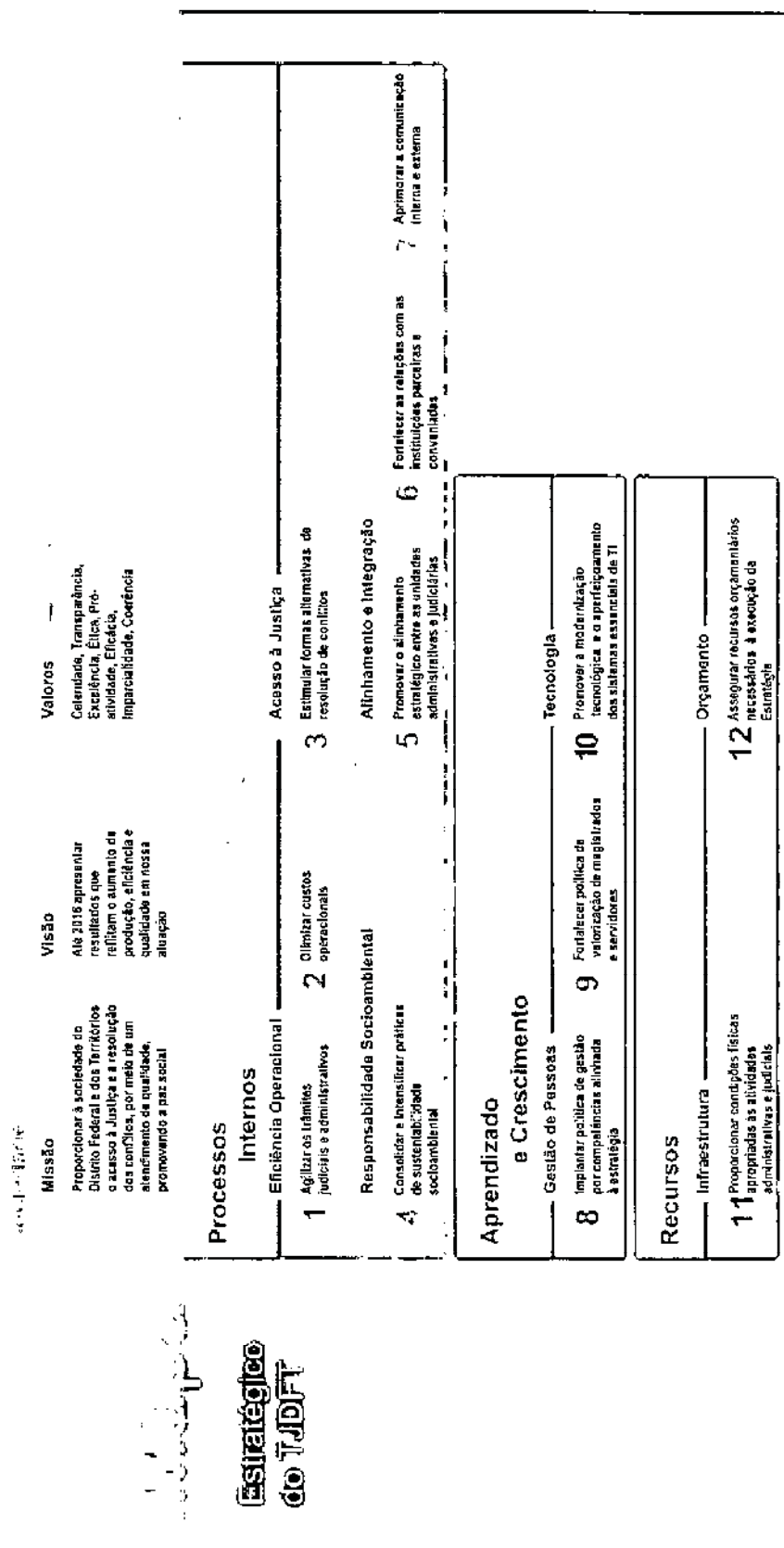
Desde 2010, o Tribunal tem trabalhado com determinação e afinco para viabilizar a consecução do Plano Estratégico atual. Com a Missão de

“Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social”, todos se mantêm motivados e esforçam-se para “Até 2016 apresentar resultados que reflitam o aumento da produção, eficiência e qualidade em nossa atuação”.

No decorrer do ano, a estratégia da Casa – representada graficamente no Mapa Estratégico disposto a seguir – foi extensamente divulgada. Reuniões com gestores e acordos estabelecidos permitiram o alinhamento das unidades para a concretização dos objetivos estratégicos institucionais.

O direcionamento proporcionado pelo Planejamento Estratégico, aliado a uma efetiva gestão, culminou em união de esforços orientados para obter resultados, o que refletiu aumento da produtividade em todas as instâncias do Tribunal: 11,7% no 1º Grau, 4% nos juizados especiais e 23,4% no 2º Grau. Durante o exercício de 2011, foram julgados 38.750 processos a mais do que em 2010.

Figura 1 – Mapa Estratégico do TJDF 2010-2016



O Tribunal aplica alguns indicadores para acompanhar a execução de sua estratégia e avaliar o desempenho institucional. Nesses indicadores, é utilizada a mesma base de dados empregada para coleta e inserção de informações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, gerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A escolha em utilizar a mesma metodologia que a do SIGPlan deve-se à confiabilidade da fonte de dados bem como à facilidade e ao baixo custo para obtenção das informações.

Os dados utilizados no cálculo desses indicadores são periodicamente extraídos de sistemas informatizados geridos pelo Órgão, de forma padronizada e uniforme, e possuem série histórica mensal documentada. A análise dessas séries ilustra a ocorrência de algumas tendências e, em vários casos, permite identificar os efeitos de fatos atípicos eventualmente ocorridos no período. De fácil compreensão, as medidas possuem validade e entendimento consolidados tanto perante o público interno quanto o público externo ao Tribunal.

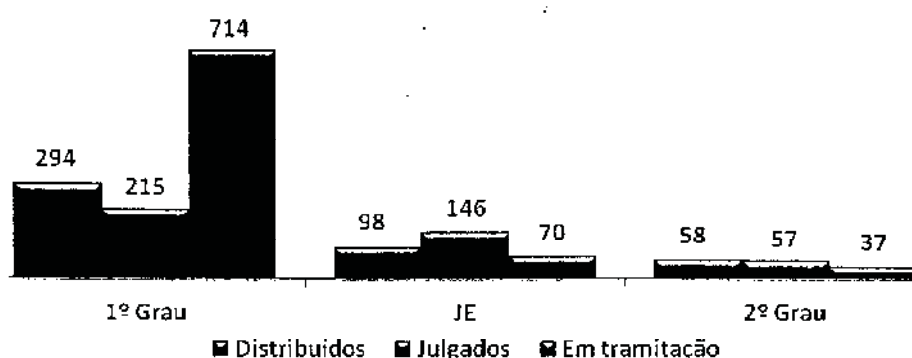
3.1.1 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios está dividido em 1º Grau, juizados especiais e 2º Grau. Em 2011, 65% dos processos distribuídos tiveram o 1º Grau como destino. A participação dos juizados especiais e do 2º Grau na distribuição de processos foi de, respectivamente, 22% e 13%. Ao se avaliar o volume dessa demanda em relação ao tamanho da população do Distrito Federal, observa-se que, no último ano, apenas o 1º Grau não sofreu aumento¹, conforme apresentado na figura 2. Historicamente, a população atendida não só tem crescido continuamente, mas também tem aumentado sua predisposição individual ou necessidade para acionar a Justiça a fim de solucionar situações litigiosas.

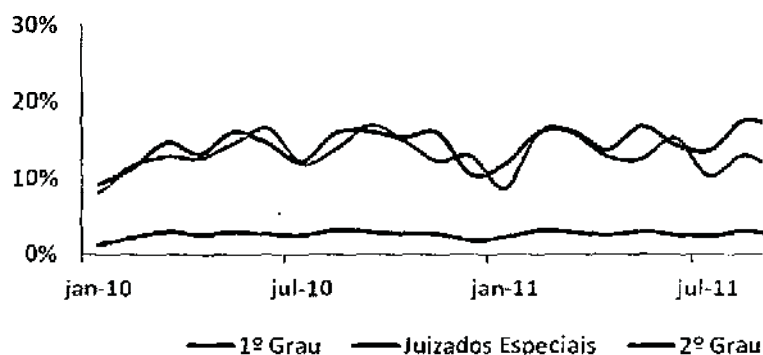
¹ Os valores referentes ao 1º Grau, em 2010, e aos juizados especiais, em 2009, não devem ser comparados aos demais. O primeiro não pôde ser corretamente extraído dos sistemas informatizados em virtude do grande volume de processos redistribuídos no período; o segundo, em razão do aprimoramento da metodologia de coleta ocorrida ao final de 2009. Outros esclarecimentos serão feitos oportunamente ao longo desta seção.

Figura 2 – Casos novos por 100 mil habitantes (em milhares)

De acordo com a figura 3, dos processos em tramitação 87% encontram-se no 1º Grau. Ao longo das análises detalhadas, constantes nas próximas subseções, podemos observar que, nos juizados especiais e no 2º Grau, os níveis de produção estão em equilíbrio com a nova demanda gerada a cada ano. Quanto ao 1º Grau, todavia, ao menos nos últimos anos, os julgamentos jamais superaram a distribuição, o que resulta no crescimento sistemático do estoque.

Figura 3 – Fluxo processual no TJDF-T em 2011 (em milhares)

Por fim, a taxa de solução de processos – indicador definido como a divisão do número de processos julgados pela soma dos processos distribuídos e em tramitação – confirma o cenário acima descrito. Enquanto, nos juizados especiais e no 2º Grau, os valores variam normalmente na faixa entre 10% e 20%, no 1º Grau, a curva mantém-se sempre em torno de 2 a 3% (vide figura 4). Equivalentemente, de forma aproximada, pode-se dizer que, no 1º Grau, a cada mês, são julgados 3% dos processos em tramitação.

Figura 4 – Taxa de solução de processos

3.1.2 Primeiro Grau

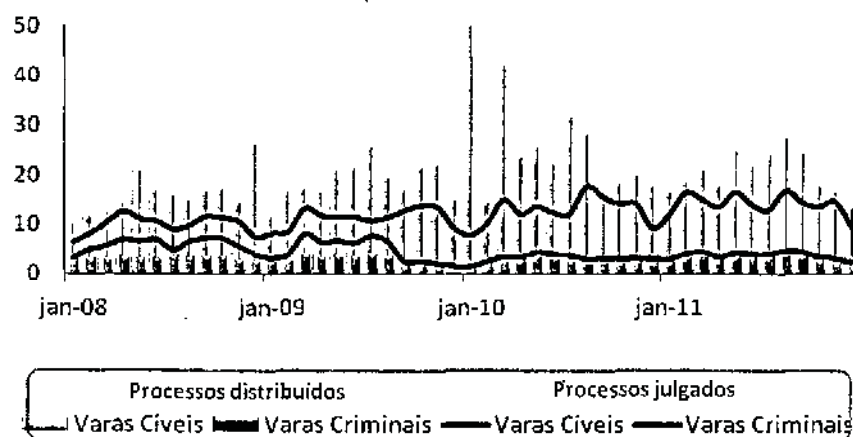
Nesta seção, são discutidos os principais resultados relativos ao funcionamento do 1º Grau do TJDF. Com base nos indicadores institucionais, tanto a evolução da demanda da sociedade pelos serviços jurisdicionais quanto a capacidade de produção de julgamentos do Órgão são monitorados continuamente. O bom uso dos dados, nesse nível de agregação, é especialmente útil para subsidiar a atividade de planejamento estratégico.

Os gráficos apresentados adiante retratam séries históricas com inícios determinados de acordo com a disponibilidade dos dados. Inicialmente, as medições eram feitas com menor nível de detalhamento, e, à medida que o processo de análise foi-se aprimorando, novas informações se mostraram relevantes.

Como se sabe, o 1º Grau está dividido em duas grandes áreas de atuação: cível e criminal. Entre as varas que tratam de processos cíveis, a Vara de Execução Fiscal – VEF, instalada em 14 de dezembro de 2009 por meio da Portaria Conjunta 84 de 2009, tem desempenhado papel cada vez mais importante na avaliação do fluxo processual de 1º Grau.

Para que se possa visualizar, de forma clara e imediata, o panorama do 1º Grau, representou-se, na figura 5, a quantidade de processos julgados e distribuídos² em cada área de atuação.

Figura 5 – Processos julgados e distribuídos no 1º Grau (em milhares)



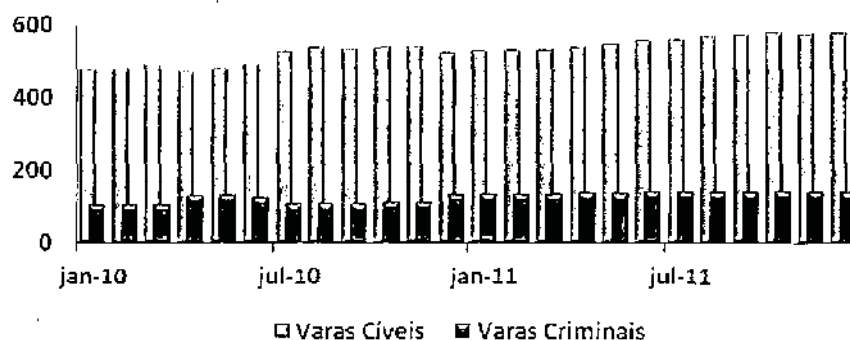
Se, por um lado, a área criminal julgou ações em quantidades compatíveis com sua demanda processual; por outro, o cenário observado na área cível foi certamente menos favorável. Ainda que, claramente, o número de julgamentos dos processos cíveis tenha aumentado de forma consistente nos últimos 4 anos – no quantitativo de 42% –, sua distribuição manteve-se sempre em patamares superiores.

No que se refere ao número de processos em tramitação no 1º Grau, somente nos últimos dois anos, houve um acréscimo de 164.604 unidades, o equivalente a uma variação percentual de aproximadamente 30%. Será visto adiante que este incremento se deve essencialmente ao volume crescente de processos distribuídos à VEF.

² Observe que os picos na distribuição de processos nos meses de janeiro e março de 2010 não estão relacionados a quaisquer variações de demanda judicial no DF, nesse período. Essas oscilações são consequência tão somente da redistribuição dos processos de execução fiscal que estavam sob responsabilidade das varas de fazenda pública e passaram à Vara de Execuções Fiscais, instalada em dezembro de 2009. Observe, ainda, que o valor referente ao mês de janeiro foi tão destoante dos demais (147.264) que a adequação da escala do gráfico para sua correta representação inviabilizaria a análise do restante do período. Por esse motivo, a coluna foi expressa somente até o valor de cinquenta mil processos.

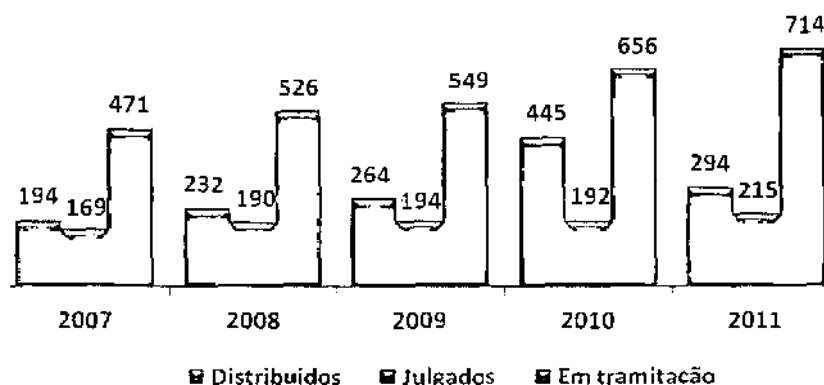
A figura 6 apresenta a evolução mensal do estoque de processos do 1º Grau a partir de 2010, ano em que o acompanhamento dessa variável passou a ter periodicidade mensal.

Figura 6 – Processos em tramitação no 1º Grau (em milhares)



Ressalta-se que, embora os processos julgados estejam relacionados aos processos finalizados, o número destes não corresponde precisamente ao daqueles. De fato, os processos podem, dependendo de suas particularidades, receber mais de um julgamento ou, ainda, ser finalizados sem que tenham sido julgados. Dessa forma, não há, necessariamente, redução do estoque no mês em que o número de processos julgados supera o quantitativo de processos distribuídos.

Naturalmente, ao avaliar a série histórica anual, as conclusões permanecem inalteradas. Em resumo, o número de processos distribuídos, que cresceu de maneira sistemática até 2010, manteve-se estável no último ano – se desconsiderado o efeito da redistribuição dos executivos fiscais. A desaceleração dessa variável é bastante positiva para o funcionamento do Órgão. Quanto ao julgamento de processos, observa-se um incremento de aproximadamente 23 mil processos julgados em 2011, resultado expressivo ao se considerar a estabilidade vigente nos três anos anteriores.

Figura 7 – Fluxo processual no 1º Grau (em milhares)

Apesar das constatações positivas, a capacidade de produção ainda se mantém abaixo da demanda crescente gerada anualmente, de modo que o estoque de processos em tramitação, 714 mil, encontra-se em patamares nunca antes atingidos. Mantida a atual taxa de crescimento, a barreira de 1 milhão de processos em tramitação será ultrapassada já nos próximos anos.

Embora o estoque de processos cíveis esteja de fato aumentando, não se pode dizer que o fenômeno se aplica a todas as classes de processos dessa natureza. Em verdade, ao se avaliar a variação do estoque ao longo de 2011, excluída a Vara de Execução Fiscal, observa-se um decréscimo superior a 10 mil processos. Ou seja, em 2011, desconsiderando-se os processos de execução fiscal, o 1º Grau do TJDF julga mais processos do que recebeu, reduzindo assim seu estoque.

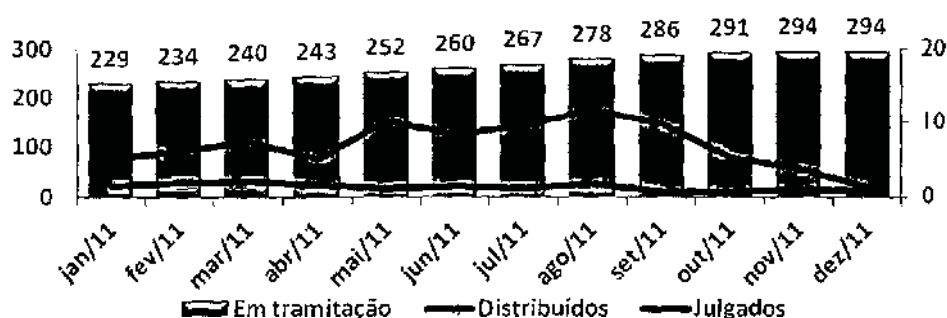
Com competência exclusiva para processar e julgar as ações de execução de dívida ativa do Distrito Federal e de suas autarquias, bem como os embargos à execução a elas correspondentes, a criação da VEF ocasionou a redistribuição dos processos de execução fiscal, que estavam sob responsabilidade das varas de fazenda pública.

A figura 8 apresenta o fluxo processual da VEF ao longo de 2011. Nota-se que a média mensal de julgamentos, de 1.273 processos, é bastante inferior à média mensal de distribuição, calculada em 6.916. A questão se mostra ainda mais alarmante ao se considerar a demanda represada, que se aproxima de 300 mil processos.

Em janeiro de 2011, dos processos em tramitação no 1º Grau, 34,6% estavam vinculados à VEF. Ao final do mesmo ano, em dezembro, esse valor ultrapassou a

barreira dos 40%. Caso sejam mantidos os níveis atuais de crescimento do estoque, já em meados de 2013, mais da metade de todos os processos em tramitação no 1º Grau estarão na VEF.

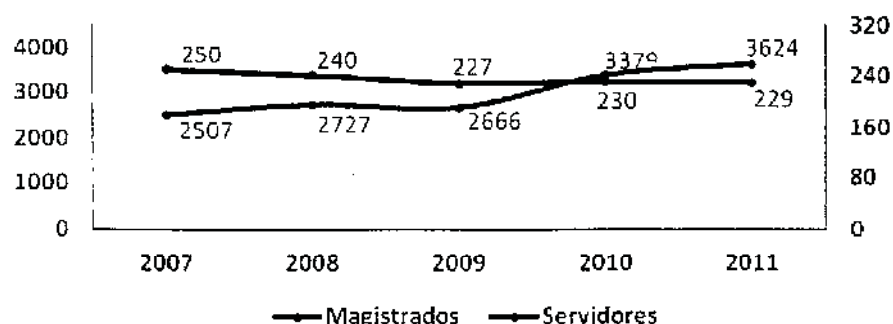
Figura 8 – Fluxo processual na VEF (em milhares)



A figura 9 apresenta o comportamento, ao longo do tempo, do Indicador Quantidade de Processos em Tramitação, com os seguintes parâmetros: 1) por magistrado e 2) por servidor. Essa relação permite ao Órgão quantificar o volume médio de trabalho associado a cada um desses atores, servidores e magistrados. Cabe destacar que o gráfico foi produzido com duas escalas simultâneas para permitir a comparação das curvas. Dessa forma, os valores da linha referente aos servidores estão atrelados à escala da direita.

A quantidade de processos sob a administração de cada magistrado cresceu de 2.507 para 3.624. No que se refere aos servidores, essa razão declinou, principalmente em virtude da aprovação da Lei 11.697, de 13 de junho de 2008, que organizou a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e que regulou as atribuições dos servidores, o funcionamento dos serviços auxiliares, bem como definiu a estrutura dos serviços notariais e de registro. Entre outros aspectos, a referida Lei autorizou a ampliação do número de unidades judiciárias e de cargos de magistrados e servidores.

Figura 9 – Processos em tramitação por magistrado e por servidor no 1º Grau

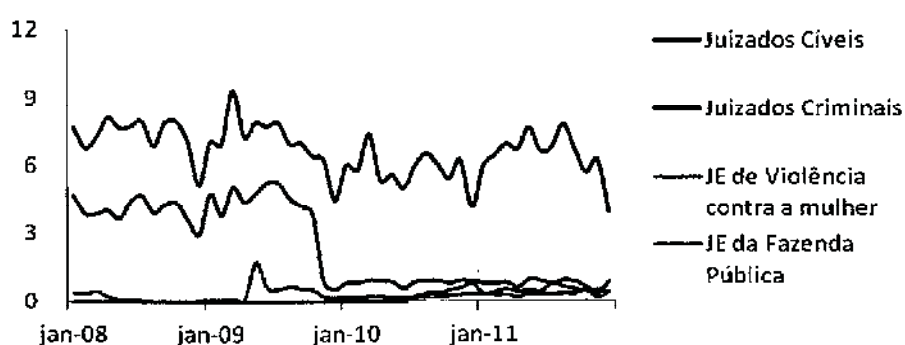


3.1.3 Juizados Especiais

Os juizados especiais respondem, atualmente, por cerca de 22% da demanda judicial total recebida pelo TJDF. Embora, historicamente, esse percentual já tenha sido bastante superior, tem-se observado uma tendência geral de queda no número de processos distribuídos aos juizados nos últimos anos.

Deve-se considerar, entretanto, que o comportamento de queda mencionado acima é atribuído, em grande parte, à mudança de metodologia na coleta dessa variável no que se refere aos juizados de natureza criminal.

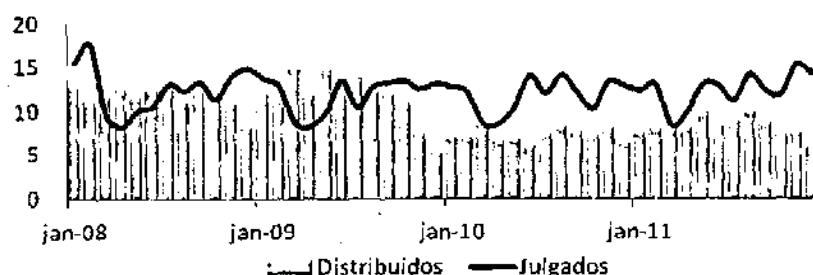
Figura 10 – Processos distribuídos nos Juizados Especiais (em milhares)



Em relação a essas alterações, cabe esclarecer que, a partir de novembro de 2009, os feitos referentes a inquéritos, termos circunstanciados e flagrantes deixaram de ser considerados casos novos, o que explica a brusca redução verificada na linha de cor verde, que representa os juizados criminais.

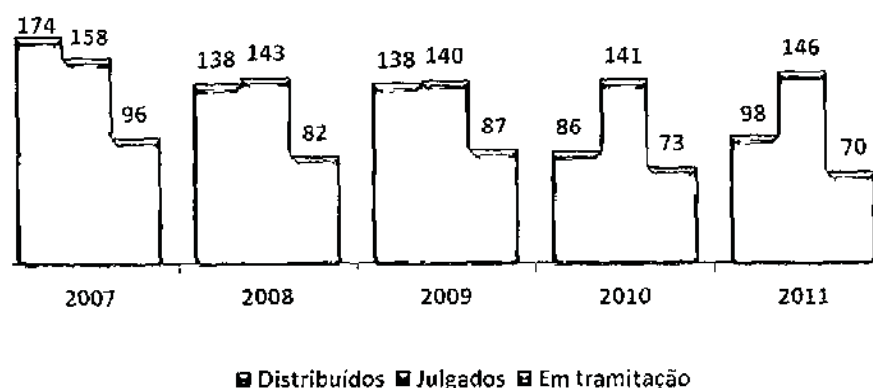
Embora os efeitos dos ajustes realizados possam ser percebidos de forma evidente no histórico da distribuição de processos, o quantitativo de processos julgados, por sua vez, não mostrou grandes alterações e manteve-se em níveis bem semelhantes ao longo dos últimos anos.

Figura 11 – Fluxo processual dos Juizados Especiais (em milhares)



Diante desse cenário, o número de casos novos distanciou-se do de julgados, fato que implicou reflexo direto no número de processos em tramitação. Conforme ilustrado na figura 12, o estoque dos juizados especiais vem sendo reduzido de forma gradual.

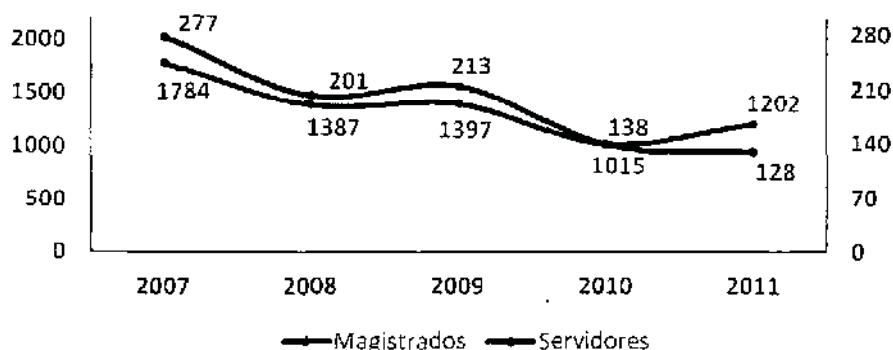
Figura 12 – Fluxo processual nos Juizados Especiais (em milhares)



Essa redução do estoque processual, aliada ao acréscimo de 195 servidores no quadro de pessoal dos juizados especiais, nos últimos cinco anos, fez com que o

volume de processos por servidor caísse em 54% nesse período, conforme demonstrado na figura 13. Da mesma forma, embora o número de juízes com atuação exclusiva nessa Instância tenha sofrido variação muito pequena, a redução do volume de processos em tramitação por magistrado também obteve redução expressiva, passando de 1.784, em 2007, para 1.202, no ano de 2011.

Figura 13 – Processos em tramitação por magistrado e por servidor

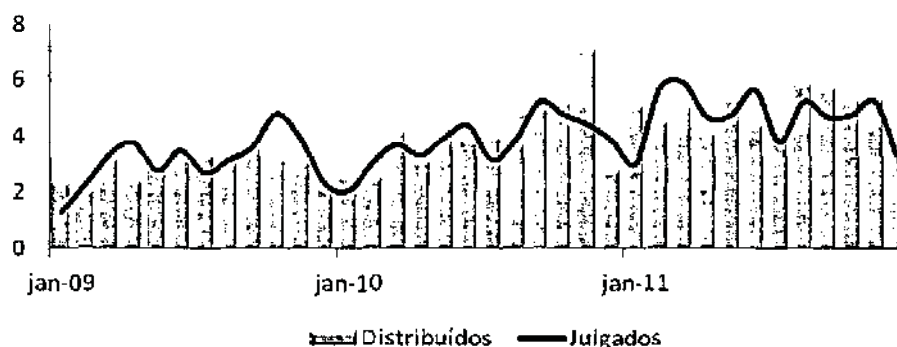


3.1.4 Segundo Grau

A Segunda Instância do Tribunal recebeu, no ano de 2011, um total de 58.265 casos novos, aproximadamente 15% a mais que no ano anterior. Em relação à demanda processual de Primeiro Grau, avalia-se que cerca de um quinto dos processos originários naquela Instância tornaram-se casos novos de Segundo Grau.

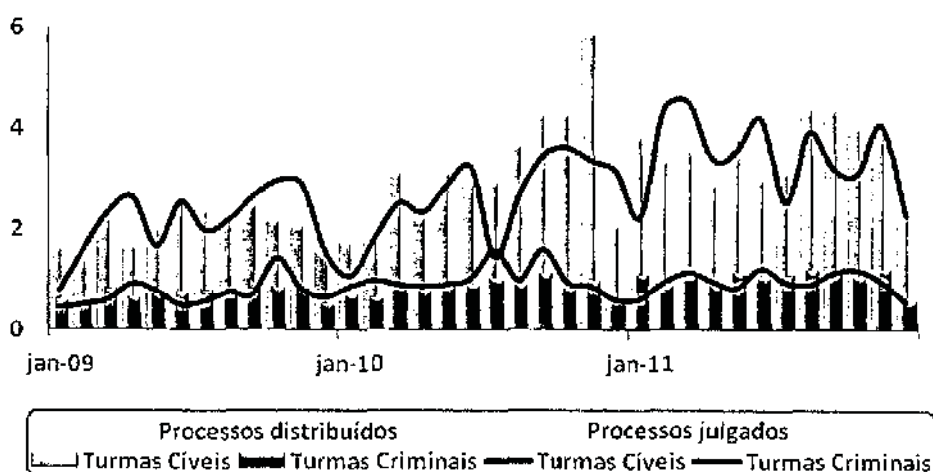
Ao analisar o número médio de processos recebidos a cada mês – no montante de 4.855 –, frente à média de casos mensalmente julgados no mesmo período – no valor de 4.723 –, verifica-se que esses números estiveram muito próximos, equilíbrio também representado na figura 14.

Figura 14 – Fluxo processual no 2º Grau (em milhares)



Se avaliada a mesma questão sob a perspectiva da natureza dos processos, observa-se que, em especial para as causas que tratam de matéria cível, as quantidades de processos distribuídos e julgados nem sempre são equivalentes. Dessa forma, em alguns meses, distribui-se mais do que se julga, e, em outros, acontece o inverso. Apesar desse comportamento, independentemente do resultado individual de cada mês, verifica-se, de maneira geral, um crescimento contínuo e sistemático de ambas as quantidades ao longo do período.

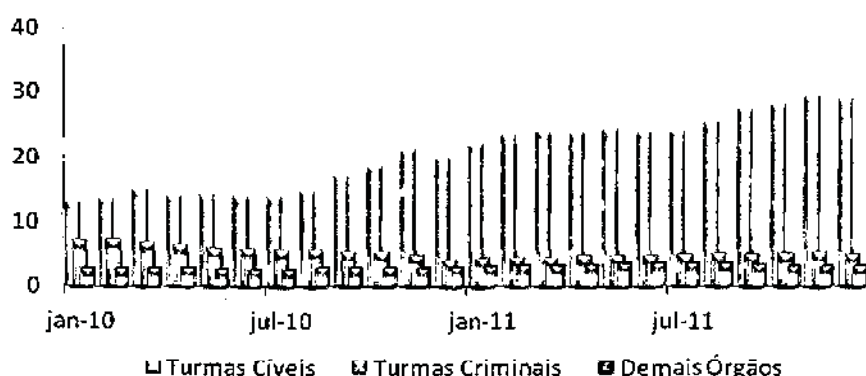
Figura 15 – Processos julgados no 2º Grau (em milhares)



Já no que se refere aos processos criminais, as duas quantidades são sempre bastante próximas, de maneira que a diferença entre os processos distribuídos e os julgados, em geral, é pequena; e os valores, relativamente constantes.

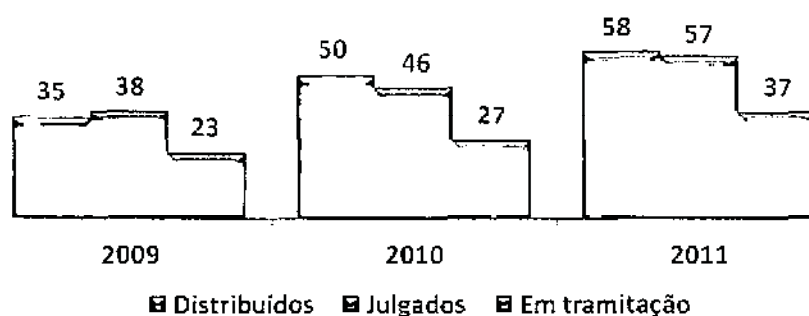
De fato, ao se observar a figura 16, que ilustra a evolução da quantidade de processos em tramitação por órgão julgador, percebe-se uma clara tendência de crescimento nas turmas cíveis, ao passo que, entre as turmas criminais e demais órgãos do 2º Grau, esses níveis se mantêm estáveis.

Figura 16 – Processos em tramitação no 2º Grau (em milhares)



De forma geral, observa-se um acréscimo evidente tanto na quantidade de processos distribuídos quanto na de julgados e, embora ambas tenham estado aparentemente equilibradas nos últimos anos, constatou-se também um crescimento global de 60% no número de processos em tramitação na Segunda Instância.

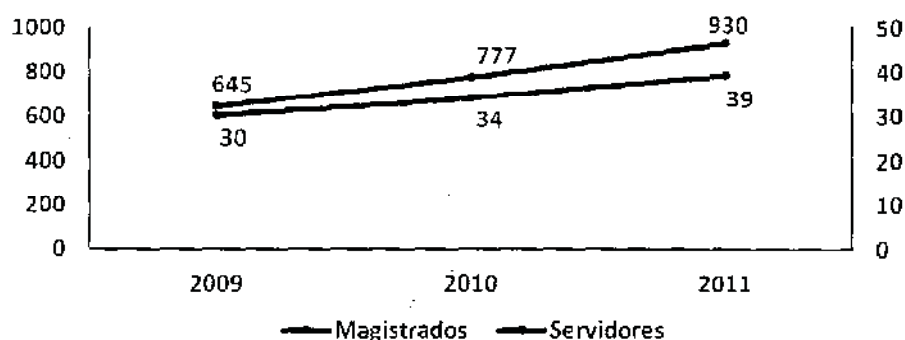
Figura 17 – Fluxo processual no 2º Grau (em milhares)



Embora tenha sido mencionado anteriormente, vale esclarecer, uma vez mais, que o número de processos julgados não corresponde estritamente ao de processos finalizados, uma vez que uma única causa pode ser submetida a vários julgamentos. Por esse motivo, o aumento da quantidade de julgamentos não implica, necessariamente, redução de estoque.

Ademais, todo esse contexto reflete-se, naturalmente, no volume de trabalho de magistrados e servidores, visto que o quadro de pessoal, em especial o de desembargadores, cresceu em proporções inferiores ao da demanda processual no período. Assim, ao final de 2011, cada desembargador tinha, em média, 930 processos sob sua responsabilidade, valor 44% superior àquele registrado há apenas dois anos.

Figura 18 – Processos em tramitação por magistrado e por servidor no 2º Grau



3.2 Análise do Plano de Gestão do Biênio – PLABI 2010-2012

A fim de garantir a execução da estratégia e de permitir o acompanhamento mais eficaz dos projetos institucionais, bienalmente, o Tribunal elabora um plano de ação, denominado Plano de Gestão do Biênio – PLABI, que apresenta os projetos priorizados pelo Presidente da Casa para a sua Gestão.

O Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Otávio Augusto Barbosa, por meio do PLABI 2010-2012, estabeleceu como prioritários 50 projetos institucionais, cujos resultados são acompanhados pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG. Responsável pela elaboração de Relatório Consolidado Mensal, a equipe da SEPG informa ao público interno e externo sobre a evolução do portfólio de projetos, cujos dados podem ser acessados por meio da página de Gestão de Projetos, disponível na intranet e na internet.

O quadro a seguir apresenta os projetos estratégicos da Casa e descreve seus objetivos, a data prevista de conclusão e o percentual de execução até dezembro de 2011.

Quadro de Acompanhamento e Controle dos Projetos do PLABI 2010-2012

Nome do Projeto	Objetivo do Projeto	Data Prevista de Conclusão	% Realização até dezembro/2011
Projeto de Pesquisa sobre a Satisfação com a Prestação de Serviços – PPSPS	Identificar as áreas carentes de melhoria quanto aos aspectos do atendimento físico e da prestação jurisdicional nas varas comuns, no 2º grau e nos juizados especiais.	21/3/2012	100%
Nome do Projeto	Objetivo do Projeto	Data Prevista de Conclusão	% Realização até dezembro/2011
Projeto de Regulamentação e Modernização das Atividades de Cerimonial – PRATIC	Alcançar a excelência almejada no desenvolvimento das atividades de cerimonial do TJDF, com reconhecimento nacional da elevada capacidade de planejamento, organização e realização de eventos, com distinção, discricção, seriedade e pompa.	21/6/2011	97%
Projeto de Montagem de Petições Iniciais – PROAUT	Retirar das varas e juizados especiais cíveis a atribuição de montar os processos (exceto os urgentes e sigilosos) com a implantação de uma nova atividade nos serviços de distribuição, a exemplo do que já ocorre na 2ª instância.	21/2/2011	56%
Projeto de Implantação da VPN de Voz – PIVPNV	Dotar o TJDF de um único prefixo telefônico.	21/12/2010	100%
Projeto de Desenvolvimento de Sistema para Modernizar Procedimentos de Cálculo e Emissão de Guias de Custas Judiciais de 1ª Instância por Meio Eletrônico e de Elaboração de Relatórios Gerenciais – PROEGE	Modernizar os procedimentos de arrecadação e repasse dos valores recolhidos com custas judiciais de primeira instância, proporcionando maior celeridade e segurança na elaboração dos relatórios de prestação de contas mensal e anual, e consequente economia de materiais e equipamentos, possibilitando ainda que o jurisdicionado (advogado/parte) emita e recolha a guia de custas judiciais por meio eletrônico (via internet).	14/12/2011	62%

Projeto de Desenvolvimento de Sistema para Controle e Acompanhamento de Processos Administrativos – PROPAD	Permitir a tramitação, em meio eletrônico, dos processos administrativos priorizados pela Secretaria de Recursos Humanos – SERH e pela Secretaria de Recursos Materiais – SEMA.	20/5/2011	70%
Projeto de Gerenciamento de Logística e de Contratações – PROGEC	Automatizar o processo de compra.	21/6/2011	17%*
Projeto de Expansão do Tratamento Arquivístico dos Processos dos Arquivos Intermediários Judiciais – PROPAE	Implementar a política de gerenciamento das informações arquivísticas judiciais nas unidades de arquivamento judicial do TJDF, bem como resolver o problema da falta de gerenciamento do acervo acumulado.	21/6/2015	39%
Projeto de Expansão da Capacidade de Atendimento da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – PROEAC	Aumentar a capacidade de realização de audiências diárias pela Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília e, consequente redução na abertura de processos judiciais.	21/10/2010	93%
Projeto Museu-Escola – PMUSEU	Valorizar e divulgar o patrimônio histórico-cultural e a memória do Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios.	16/6/2011	94%
Projeto de Divulgação Institucional do Programa Cidadania e Justiça – PRODICI	Divulgar e incentivar as atividades do programa Cidadania e Justiça na Escola, que tem como meta levar aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental esclarecimentos sobre questões de cidadania e justiça, abrangendo noções de ética, moral, política, deveres, direitos humanos e fundamentais, além de conscientizá-los sobre a forma de exercer e multiplicar esses conhecimentos no contexto social em que se encontram inseridos.	21/3/2012	100%

* O escopo do projeto foi ampliado, o que redundou em diminuição do percentual de execução.

<i>Projeto de Acompanhamento Temporário de Famílias em Situação de Violência Sexual – PROFAM</i>	Fazer cumprir a missão da 1ª VIJ/DF nos casos que envolvem situação de violência sexual contra crianças e adolescentes, garantindo, assim, o pleno gozo dos direitos violados e assegurando as devidas condições para o seu restabelecimento e desenvolvimento emocional e social, por meio de ações conexas e articuladas, nos vários âmbitos da rede proteção e garantia de direitos, fazendo cumprir as medidas protetivas determinadas judicialmente. Evitar que a desarticulação das instituições da rede de proteção e garantia de direitos promova a revitimização das crianças e adolescentes vítimas e que os processos retornem para novas intervenções judiciais.	21/6/2012	82%
<i>Projeto de Captação de Doadores de Medula Óssea – PRODOM</i>	Sensibilizar magistrados e servidores, através de campanhas informativas, sobre a importância da doação de medula óssea; esclarecer aos prováveis doadores os procedimentos de captação, registro, seleção (compatibilidade doador/receptor) e a efetiva doação; aumentar o cadastro de doadores voluntários de medula óssea, junto ao registro brasileiro de doadores de medula óssea - REDOME.	21/11/2011	83% *
<i>Projeto de Sustentabilidade Ambiental do TJDF – PROAMB</i>	Mobilizar servidores, prestadores de serviços e jurisdicionados quanto à utilização racional dos recursos, no que diz respeito à economia de papel, telefone, combustível, energia e água.	21/12/2011	79%
<i>Projeto de Sensibilização à Inclusão de Servidores com Necessidades Especiais – PROSEN</i>	Esclarecer gestores, servidores e funcionários em nível conceitual e prático sobre a questão da diversidade e da inclusão com vistas à construção da política de inclusão do TJDF.	21/3/2012	95%

* O escopo do projeto foi ampliado, o que reduziu em diminuição do percentual de execução.

<i>Projeto de Personalização de Equipamentos para Inclusão de Servidores com Necessidades Especiais – PESNE</i>	Melhorar as condições para o exercício da atividade laboral para servidores deficientes ou com restrições causadas por casos extremos de LER/DORT.	21/12/2011	100%
<i>Projeto de Disseminação de Boas Práticas no Âmbito do TJDF – PROBOP</i>	Criar as condições (metodologia e ferramenta) para fomentar e consolidar a disseminação de boas práticas.	21/12/2011	88%
<i>Projeto de Intervenção em Redes Sociais – PROIR</i>	Implementar metodologia de intervenção em Redes nos serviços da Secretaria Psicossocial Judiciária - SEPSJ; atender ao artigo 4º. (caput) do Provimento nº 04 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	21/6/2012	95%
<i>Projeto de Desenvolvimento de Política de Comunicação do TJDF – PCOM</i>	Aproximar o TJDF com os seus públicos por meio de uma política de comunicação interna e externa capaz de nortear as ações de divulgação a serem desenvolvidas, utilizando uma linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, e o desempenho operacional do órgão.	21/12/2010	75%
<i>Projeto de Comunicação e Divulgação Integradas – PROCODI</i>	Integrar as demandas da Assessoria de Comunicação Social - ACS, Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI e o Instituto Luiz Vicente Cernicchiaro - SELF. Garantir a qualidade das matérias jornalísticas de rádio e TVTJ e rádio e TV Justiça e vídeos institucionais do Tribunal. Assegurar a rapidez na transmissão de áudio e vídeo pela internet/intranet.	21/6/2011	59%

Nome do Projeto			Objetivo do Projeto	Data Prevista da Conclusão	% Realização até dezembro/2011
Perspectiva Aprendizado e Crescimento					
Projeto de Gestão de Pessoas por Competências – PGCOMP			Ampliar o projeto gestão de pessoas por competências, por meio do 2º ciclo de avaliação dos gestores e da Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSI, do 1º ciclo de avaliação das competências gerais dos servidores, e pela integração de todos os subsistemas de Gestão de Pessoas (desenvolvimento, recrutamento e seleção, desempenho, lotação e movimentação, cadastro e estagiários).	21/6/2012	78%
Projeto de Capacitação de Magistrados em Gestão Judiciária – PROMAG			Aprimorar os conhecimentos dos magistrados em atividade no TJDF em administração judiciária, de modo a dar-lhes o suporte necessário ao alcance de sua missão com maior segurança e eficiência.	31/12/2010	100%
Projeto de Diagnóstico Situacional de Saúde dos Magistrados e Servidores do TJDF – PRODIS			Gerar um quadro de dados identificado a partir dos sinais e fatores predisponentes ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, de todos os magistrados e servidores.	21/3/2011	87%
Projeto Justiça Integrada – PROJUS			Homogeneizar o tratamento das informações processuais de 1ª e 2ª instâncias.	21/1/2011	100%
Projeto Piloto de Implantação do Processo Eletrônico no 2º Grau no Agravo de Instrumento – PROELE2			Reduzir o tempo na tramitação de processos; reduzir custos; visualizar os atos processuais à distância, utilizando os meios informatizados; facilitar os trabalhos dos advogados que atuam nesta Corte, por meio do peticionamento eletrônico.	21/6/2011	31%

Projeto de Controle Biométrico para Benefícios de Penas – PROBIO	Modernizar os procedimentos de apresentação periódica de apenados por meio de tecnologias de identificação biométrica e da otimização dos processos de trabalho aplicados.	21/5/2011	69%
Projeto de Desenvolvimento de Sistema de Gerenciamento de Cartórios Extrajudiciais – PROSIEX	Monitorar a arrecadação das serventias extrajudiciais, acompanhando o repasse de receitas ao Fundo de Compensação aos Registradores Cíveis, bem como os valores (futuros) pertencentes ao TJDF, mediante lei.	15/3/2012	94%
Projeto de Ampliação do Sistema de Videoconferência – PAVCON	Aprimorar o sistema de videoconferência com elementos de gravação, gerenciamento e segurança; ampliar a quantidade de varas contempladas com o sistema de videoconferência.	21/6/2011	46%
Projeto Piloto de Transmissão Eletrônica de Alvarás de Soltura na VEP e VEPEMA – PROALV	Agilizar o cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas varas judiciais, com a utilização de certificação digital.	20/4/2011	78%
Projeto de Melhoria das Pesquisas Jurisprudenciais – PMPJ	Disponibilização de ferramenta de recuperação da informação, que permita pesquisas jurisprudenciais mais rápidas confiáveis e seguras.	21/6/2011	26%
Projeto de Certificação Digital de Sites do TJDF – PROCER	Certificar o site do TJDF atestando sua autenticidade para o público externo.	21/12/2010	36%
Nome do Projeto	Objetivo do Projeto	Data Prevista de Conclusão	% Realização até dezembro/2011
Projeto de Substituição do Mobiliário – PROMOB	Reestruturar, com novo mobiliário, todas as unidades judiciárias e administrativas que compõem cada fórum do TJDF.	21/6/2012	72%

<i>Projeto de Substituição das Divisórias – PROSUD</i>	Padronizar e modernizar os ambientes dos fóruns do TJDFT por meio de divisórias piso-teto.	21/6/2012	87%
<i>Projeto de Ampla Proteção aos Magistrados e Servidores do TJDFT – PAP</i>	Tornar plenamente viável e efetiva, por meio da capacitação humana e tecnológica, a escolha e a proteção de autoridades do TJDFT e adequar os sistemas e equipamentos de segurança às necessidades derivadas dessa nova competência.	21/4/2011	72%
<i>Projeto de Construção do Prédio que Abrigará as Varas de Fazenda Pública – PVFP</i>	Prover os serviços da Vara de Meio Ambiente e das varas de fazenda pública em um edifício com alta performance ambiental e energética, apto a receber a certificação LEED.	28/2/2011	84%
<i>Projeto de Início da Construção do Fórum do Riacho Fundo – PFRF</i>	Prover os serviços de ordem jurídica para atender a demanda dos jurisdicionados residentes na região administrativa do Riacho Fundo.	21/11/2010	61%
<i>Projeto de Início da Construção do Complexo Arquivístico – PARQ</i>	Prover infraestrutura para armazenamento adequado dos processos judiciais, documentos históricos e raros, certidões e outros documentos do TJDFT.	21/4/2012	69%
<i>Projeto de Estudo para Construção da Sede para o Instituto de Formação – PINST</i>	Capacitar e/ou formar o quadro funcional do TJDFT, distribuídos pelas 13 circunscrições judiciárias existentes, em ambiente quantitativo e qualitativamente adequado, implicando a ampliação no atendimento aos magistrados e aos servidores.	21/5/2010	24%
<i>Projeto de Construção de Galpões – PROGAL</i>	Efetivar a construção de um complexo de armazenamento modelo para atender as necessidades de recebimento, guarda e distribuição de bens de consumo e permanentes do TJDFT.	21/6/2012	41%

Continuidade administrativa 2008-2010

Nome do Projeto		Objetivo do Projeto	Data Prevista de Conclusão	% Realização até dezembro/2011
Projetos Institucionais do Biênio 2008-2010	Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário da 1ª Instância – PROAT1	Introduzir práticas e procedimentos de classificação, movimentação e fases processuais padronizadas, com o intuito de atender às disposições da Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007 do CNJ, e, consequentemente melhorar o serviço prestado pela justiça e aprimorar a coleta de informações estatísticas.	-	98%
	Projeto de Adoção das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário no Sistema Informatizado de 2ª Instância – PROAT2	Coletar dados estatísticos precisos, de forma correta e confiável, a fim de auxiliar o planejamento estratégico e o aperfeiçoamento contínuo do Poder Judiciário, além de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.	-	68%
	Projeto Tempo Médio dos Atos Processuais na VEP e VEPEMA – PROTEM	Identificar o tempo médio de duração dos atos processuais e consequentemente dos processos, com o intuito de atender as disposições do artigo 5º, inc. LXXVIII, da Constituição Federal, e melhorar o serviço prestado pela justiça.	-	100%
	Projeto de Definição do Tempo e Custo Médios de Tramitação dos Processos no 2º Grau – PROTEC	Definir o tempo e calcular o custo médio de tramitação dos processos judiciais de 2ª instância em levantamento de dados anuais de 2004 a 2008, até janeiro de 2009.	-	100%
	Projeto de Implementação da Distribuição Integrada – PRODI	Facilitar a distribuição de petições iniciais (exceto medidas urgentes) possibilitando distribuir processos de Brasília para qualquer circunscrição do Distrito Federal.	-	92%
	Projeto de Implantação do Sistema de Notas Taquigráficas Virtuais – PNOTAV	Modernizar rotina já existente para agilizar a tramitação de notas taquigráficas entre os gabinetes.	-	100%

Projeto de Expansão do Juizado Especial de Trânsito – PROJÉT	Minimizar a demanda judicial proveniente de ocorrências sem vítimas.	-	100%
Projeto de instalação de Cabines do Protocolo Expresso em Brasília, Taguatinga e Ceilândia – PRO-EXPRESSO	Construir cabines para atendimento do Protocolo Expresso no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson e nas circunscrições de Taguatinga e Ceilândia, com funcionamento similar a um sistema de pedágio.	-	97%
Projeto de Tratamento Arquivístico dos Processos dos Arquivos Intermediários Judiciais – PROPJ	Implementar política de gerenciamento das informações arquivísticas judiciais nos postos de serviço de arquivo intermediário judicial de todas as circunscrições judiciais do Distrito Federal.	-	100%
Projeto de Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais – PRAPNE	Prover o TJDF dos projetos necessários para prover o acesso dos portadores de necessidades especiais nos fóruns e instalações onde funcionam Juizados especiais do Distrito Federal.	-	100%
Projeto de Implantação do Restaurante – PIRES	Aumentar a satisfação e a produtividade dos funcionários do TJDF.	-	100%

Alguns projetos já apresentaram significativos resultados e se mostraram imprescindíveis para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

O **Projeto de Pesquisa sobre a Satisfação com a Prestação de Serviços – PPSPS**, desenvolvido com vista a construir linha histórica sobre o nível de satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal, estabeleceu metodologia de pesquisa, que compreende desenvolvimento de questionário e definição de cronograma de pesquisa com aplicação semestral. Sua principal entrega consistiu na realização de pesquisa, que proporcionou conhecimento sobre a percepção dos usuários quanto ao atendimento recebido, aos prazos decorridos e à qualidade dos serviços e à estrutura física dos cartórios. Os dados colhidos e o acompanhamento da série histórica permitirão aperfeiçoamento dos serviços oferecidos à sociedade do Distrito Federal.

Entre os principais projetos implantados para incrementar a eficiência operacional, destacou-se o **Projeto de Montagem de Petições Iniciais – PROAUT**, que transferiu a montagem dessas petições para as Distribuições da Primeira Instância, atividade antes atribuída aos Cartórios Judiciais. Essa medida, além de desonerar os cartórios, propiciou padronização da rotina de trabalho e consequente otimização dos custos materiais. O PROAUT, já implantado em 50% das circunscrições judiciárias, abrangerá, ao final de seu cronograma, todo o DF.

Em relação aos custos operacionais, o Tribunal também obteve resultados significativos nas áreas de telefonia, apoio judiciário e gestão da documentação. O **Projeto de Implantação da VPN de Voz – PIVPNV** uniformizou os prefixos telefônicos em todas as instalações da Casa, transformando-os em ramais, o que rendeu economia de até 10% ao ano no valor das tarifas de telefonia fixa.

Por sua vez, o novo sistema informatizado de emissão de guias judiciais disponibilizou, na internet, guias relativas às custas iniciais e intermediárias. Em apenas dois meses, o **Projeto de Desenvolvimento de Sistema para Modernizar Procedimentos de Cálculo e Emissão de Guias de Custas Judiciais de 1ª Instância por Meio Eletrônico e de Elaboração de Relatórios Gerenciais – PROEGE** propiciou que 55% das emissões de guias fossem feitas por meio eletrônico, oferecendo maior praticidade aos jurisdicionados e economia de recursos ao Tribunal. Houve significativa redução do número de visitas às instalações, bem como economia de

aproximadamente nove resmas de papel ao mês, além dos custos de impressão e energia.

O **Projeto de Desenvolvimento de Sistema para Controle e Acompanhamento de Processos Administrativos – PROPAD** transferiu para o meio eletrônico os processos administrativos relativos a pessoal e a aquisição de bens e serviços. A adoção do Processo Administrativo Eletrônico – PA-e propiciou a redução de aproximadamente 20% do tempo de tramitação desses processos na Casa e facilitou o acesso às informações e a recuperação deles. Outros benefícios advindos do Projeto foram a redução do consumo de papel, a liberação de espaço físico e a dispensa de terceirizados, até então contratados para cuidar do transporte e do controle desses processos.

Relacionado ao objetivo estratégico *Estimular formas alternativas de resolução de conflitos*, o **Projeto de Expansão da Capacidade de Atendimento da Central de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília – PROEAC** disponibilizou, para a sociedade, cinco novas salas de conciliação, o que ampliou significativamente a capacidade de atendimento às partes litigantes nos Juizados.

Outro objetivo estratégico priorizado durante a gestão foi o de *Consolidar e intensificar práticas de sustentabilidade socioambiental*. Em razão da Meta Nacional 4 de 2011 para o Poder Judiciário – *implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos* –, o Tribunal promoveu a integração entre o **Projeto Museu Escola – PMUSEU** e o **Programa Justiça e Cidadania na Escola**. A iniciativa permitiu que o Museu do TJDF recebesse a visita de cerca de 2.500 crianças, oriundas de 44 escolas do Plano Piloto. Por sua vez, o Programa, que contou com o trabalho voluntário de 28 magistrados, possibilitou que cerca de 8.000 crianças, de 200 escolas públicas do DF, tivessem lições sobre cidadania, ética e justiça.

As atividades desse Programa se dividiram em visitas dos magistrados às escolas e visitas das escolas aos fóruns, para que os alunos conhecessem de perto as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário. Os alunos ainda receberam uma cartilha, em formato de história em quadrinhos, com noções básicas sobre o exercício da cidadania, os direitos e deveres individuais bem como a função dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

As famílias carentes também foram acolhidas pelas ações do Tribunal. O **Projeto de Acompanhamento Temporário de Famílias em Situação de Violência Sexual – PROFAM** desenvolveu um trabalho robusto de acompanhamento temporário das famílias em situação de violência sexual. O índice de 84% de sucesso das medidas protetivas efetivamente cumpridas, alcançado em dezembro de 2011, ratifica os excelentes resultados, principalmente quando comparado à medição realizada em 2006, que apontou uma taxa de apenas 22,5%.

O TJDFT promoveu, ainda, por meio do **Projeto de Captação de Doadores de Medula Óssea – PRODOM**, campanhas para o esclarecimento de magistrados e servidores sobre os procedimentos de captação, registro e doação de medula óssea. A receptividade e a conscientização resultaram no cadastramento de 390 doadores.

Outra conquista relevante foi obtida pelo **Projeto de Sensibilização à Inclusão de Servidores com Necessidades Especiais – PROSEN**. Este Projeto promoveu o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, o que possibilitou melhorias nas condições de atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais – PNE, por meio de adaptações físicas das áreas públicas que integram as imediações dos fóruns do TJDFT.

Relacionado ao objetivo *Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias*, o **Projeto de Disseminação de Boas Práticas no Âmbito do TJDFT – PROBOP** possibilitou a implantação de Banco de Boas Práticas no Tribunal. Com 104 inscrições inseridas no Sistema de Divulgação de Boas Práticas – SISDIP, o projeto proporcionou o compartilhamento de experiências, conhecimentos e ideias, tornando-se fonte de consulta para os que buscam melhorias institucionais.

O **Projeto de Intervenção em Redes Sociais – PROIR**, ligado ao objetivo *Fortalecer as relações com as instituições parceiras e conveniadas*, foi idealizado com vista a implementar metodologia de intervenção em redes sociais, com disponibilização de banco de dados especializado, publicação de cartilhas e participação em encontros científicos. Entre as ações desenvolvidas pelo Projeto estão a capacitação de 91% dos servidores da Secretaria Psicossocial e a realização de 60 visitas a instituições e profissionais da rede de recursos sociais do Governo do Distrito Federal.

A política de gestão por competências alinhada à estratégia foi implantada por meio do **Projeto de Gestão de Competências – PGCOMP** e do **Projeto de Capacitação de Magistrados em Gestão Judiciária – PROMAG**. Direcionador das ações de capacitação da Escola Judiciária, o PGCOMP despertou o interesse de diversas instituições e recebeu visitas técnicas de quase 20 órgãos do Poder Judiciário e dos outros Poderes. Já o PROMAG, desenvolvido, inicialmente, com o intuito de atender à Meta Prioritária 8 de 2010 para o Poder Judiciário – *promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados* –, mas com ações previstas também para 2011, obteve excelente resultado, uma vez que capacitou 167 magistrados, índice 5% superior à meta estabelecida originalmente pelo CNJ.

Um dos projetos que contribuiu para a modernização tecnológica e para o aperfeiçoamento dos sistemas essenciais de TI foi o **Projeto Justiça Integrada – PROJUS**, que padronizou o tratamento das informações processuais de 1ª e 2ª Instâncias por meio de uma plataforma de sistemas unificada. O Projeto possibilita que iniciativas como o Processo Judicial Eletrônico – PJe, do CNJ, estejam tecnicamente em conformidade com o ambiente de desenvolvimento de sistemas do Tribunal.

Por sua vez, o **Projeto Sistema de Gerenciamento de Cartórios Extrajudiciais – PROSIX** trouxe transparência às transações efetuadas pelos 36 cartórios extrajudiciais existentes no Distrito Federal e propiciou eficiente gerenciamento de suas informações. Os cidadãos podem, com essa ferramenta, verificar a autenticidade do documento pelo sítio do Tribunal.

Entre as iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura do TJDF, destaca-se o **Projeto Construção das Varas de Fazenda Pública – PVFP**, que viabilizou a construção do Fórum Desembargador Joaquim de Sousa Neto, inaugurado em março de 2011. Cabe destacar, ainda, o **Projeto Construção do Fórum do Riacho Fundo – PFRF**, cuja obra se encontra 80% finalizada e com previsão de entrega para fevereiro de 2012.

Além dos projetos focados na expansão da estrutura do Tribunal, também existem os que visam ao aprimoramento das condições físicas atuais. Dois deles são o **Projeto Substituição de Mobiliário – PROMOB** e o **Projeto de Substituição das Divisórias – PROSUD**. Paulatinamente, o mobiliário e as divisórias dos fóruns têm sido

trocados, a fim de tornar o ambiente de trabalho mais apropriado ao serviço e ao acolhimento do jurisdicionado.

Constitui marco para o Tribunal a iniciativa do Presidente, Desembargador Otávio Augusto Barbosa, de recepcionar 11 projetos de gestões anteriores no PLABI 2010-2012. Ao notar sua relevância para a Casa, o Presidente tomou a iniciativa de inseri-los em seu Plano de Gestão, sob a perspectiva da *Continuidade Administrativa*. Até o momento, sete projetos já foram concluídos e trouxeram grandes benefícios para a Instituição.

O **Projeto de Implantação do Sistema de Notas Taquigráficas Virtuais – PNOTAV**, por exemplo, proporcionou a redução do tempo decorrente da revisão e da tramitação das notas taquigráficas entre os gabinetes da 2ª Instância, bem como a redução do consumo de papel no Tribunal. Ao possibilitar, virtualmente, a confecção e a distribuição das notas taquigráficas, garantiu-se que, após liberadas pela supervisão da taquigrafia, as notas fossem disponibilizadas simultaneamente para todos os desembargadores participantes da sessão – que têm apenas o próprio pronunciamento disponível para edição e revisão. Dessa forma, o Projeto propiciou economia de recursos ao Tribunal bem como celeridade, segurança e integridade ao processo.

Outro exemplo que vale citar é o **Projeto de Expansão do Juizado Especial de Trânsito – PROJET**. Com a instalação de mais um posto de atendimento – com três veículos devidamente equipados para conduzir equipes compostas por um conciliador e um policial militar –, o Juizado Especial de Trânsito realizou, no próprio local do acidente, 2.493 audiências, o que representou 55% de aumento em relação ao ano anterior. Dessas audiências, 2.277 resultaram em acordo. O índice de 91% de acordo reforça o sucesso do Projeto e o alcance da missão precípua do Juizado, qual seja, a resolução de conflitos por meio da conciliação.

4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Programação e Execução Orçamentárias

A programação e a execução orçamentárias encontram-se detalhadas, respectivamente, nas tabelas 3 e 4. Ambas se referem à alocação e à utilização da dotação líquida de R\$ 1.694.341.275,13³ (um bilhão, seiscentos e noventa e quatro milhões, trezentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e cinco reais e treze centavos) e se encontram divididas por ações orçamentárias – atividades, projetos e operações especiais.

Percebe-se que, do total executado em 2011, 83% dos gastos foram realizados com pessoal e encargos sociais, no montante de R\$ 1.407.497.778,00. Nesta quantia, encontram-se incluídas as despesas com inativos e pensionistas civis, cujo valor foi de R\$ 282.074.788,00, o que representa 20% do total aplicado no grupo Pessoal e Encargos Sociais.

A aplicação de R\$ 72.741.596,97 em investimentos representou 4,3% do total do orçamento executado pelo TJDF, e as despesas com outros custeios, no montante de R\$ 214.053.876,72, corresponderam a 12,6%.

³ Incluídos os valores recebidos e repassados por meio de destaque.

0039 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União										
0005 0001	Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remuneração	-	282.074.788,00	230.492.995,00	22,4%	221.342.853,00	4,1%	205.830.096,00	7,5%	214.995.248,00 -4,3%
0395 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	-	282.074.788,00	227.199.937,00	24,2%	216.452.472,00	5,0%	202.936.750,00	6,7%	214.995.248,00 -5,6%
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais										
0625 0001	Cumprimento de Sentença Judicial	16.826,56	5.276,56	-	-	-	-	-	-	80.872,05
0046 0001	Pagamento de Passivos Judiciais - Inativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0046 0001	Pagamento de Passivos Judiciais - Ativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0040 0001	Pagamento de Passivos Judiciais - Contribuição Patronal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado	-	-	-	-	-	-	-	-	80.872,05
0716 0001	Cumprimento de Débitos Judiciais Penfóricos Vincendos	11.550,00	10.700,00	7,9%	-	-	-	-	-	-
0655 - Gestão da Política Nacional Sobre Drogas										
8236 0000	Apoio a Projetos do Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas	-	38.260,00	-	-	38.260,00	-	-	-	-
1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania										
8857 0001	Apoio a Inserção das Temáticas de Cidadania	-	-	-	-	167.050,00	-	1.404.959,34	-88,1%	-
TOTAL										
		1.664.293.251,69	1.578.409.178,00	7,3%	1.419.012.606,76	11,2%	1.221.245.692,42	16,2%	1.148.832.665,85	6,3%

Tabela 3 – Programação Orçamentária

Funcional Programática	Descrição da Programa/Ação	Função/Subfunção	Esfera	GNP	Fonte	Detalhamento Inicial	Suplementação	Cancelamento	Contingenciamento	Duração Autorizada
0567	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL					1.386.652.475,00	132.881.885,00	91.977.310,00	14.057.814,21	1.412.889.335,79
0567 0004 0001	Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Judiciário - Nacional	02 031	1	1	100	31.717.000,00	-	31.717.000,00	-	-
0567 0018 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	02 122	1	1	100	171.379.217,00	9.672.411,00	-	-	181.051.628,00
0567 1238 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no Poder Judiciário (eJus) - Nacional	02 126	1	4	100	2.092.970,00	411.362,00	-	-	2.504.332,00
0567 204K 0001	Contribuição para Previdência decorrente da Criação, Provimento, Reestruturação ou Revisão de Remunerações - Nacional	02 122	1	1	100	7.244.000,00	-	7.244.000,00	-	-
0567 137W 0053	Constituição do Complexo de Armazenamento - Distrito Federal	02 122	1	4	100	2.900.000,00	-	580.000,00	2.320.000,00	-
0567 198G 0053	Constituição do Anexo II da Vara da Infância e Juventude - Distrito Federal	02 122	1	4	100	9.000.000,00	-	6.300.000,00	2.700.000,00	-
0567 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Distrito Federal	02 301	2	3	100	18.918.380,00	3.851.953,00	38.290,00	-	22.742.043,00
0567 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Distrito Federal	02 365	1	3	100	6.354.564,00	3.400.000,00	-	-	9.754.564,00
0567 2011 0053	Auxílio - Transporte aos Servidores e Empregados - Distrito Federal	02 331	1	3	100	281.835,00	120.000,00	-	-	403.835,00
0567 2012 0053	Auxílio - Alimentação aos Servidores e Empregados - Distrito Federal	02 305	1	3	100	45.504.576,00	9.793.801,00	-	-	55.298.377,00
0567 3751 0053	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Distrito Federal	02 122				8.000.000,00	43.112.374,00	5.600.000,00	5.648.757,55	39.863.566,35
			1	4	100	8.000.000,00	-	5.600.000,00	-	2.400.000,00
			1	4	181	-	42.394.000,00	-	5.648.757,55	36.745.242,35
			1	4	381	-	718.374,00	-	-	718.374,00
0567 3751 0060	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Recanto das Emas - DF	02 122	1	4	100	19.900.000,00	-	3.980.000,00	3.255.468,27	12.664.531,73
0567 3753 0053	Modernização de Arquivos de Processos Judiciais e Administrativos - Distrito Federal	02 126	1	3	100	9.133.000,00	-	1.826.600,00	-	7.306.400,00
0567 4091 0053	Capacitação de Recursos Humanos - Distrito Federal	02 126	1	3	100	5.000.000,00	-	36.439,00	4,13	4.963.560,87
0567 4224 0053	Assistência Jurídica a Pessoa Carente - Distrito Federal	02 061	1	3	100	96.000,00	-	48.000,00	-	48.000,00
0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061	1	1	100	1.048.528.932,00	62.510.134,00	34.606.981,00	133.584,16	1.076.398.502,84
			1	1	100	889.728.932,00	94.642.430,00	-	-	944.371.362,00
			1	3	100	98.499.955,00	-	13.800.000,00	16.920,71	84.683.055,29
			1	3	127	28.885.238,00	-	-	-	28.885.238,00
			1	4	100	30.514.835,00	95.704,00	20.806.980,00	16.277,89	9.787.280,11
			1	4	150	899.971,00	4.772.000,00	-	-	5.671.971,00
			1	4	180	-	3.000.000,00	-	100.385,56	2.699.614,44

0009	PREVIDÊNCIA DE INATIVO E PENSIONISTA DA UNIÃO						227.113.836,00	54.960.952,00	-	-	282.074.788,00
0009 0096 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Distrito Federal	09 272					227.113.836,00	54.960.952,00	-	-	282.074.788,00
			2	1	100		219.117,00	40.095.120,00	-	-	40.314.237,00
			2	1	156		87.726.818,00	14.865.832,00	-	-	102.592.650,00
			2	1	169		139.167.901,00	-	-	-	139.167.901,00
0901	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS						28.344.027,00	-	-	28.344.027,00	11.550,00
0901 0049 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) Aposentadorias e Pensões	28 846	2	1	156		14.865.832,00	-	-	14.865.832,00	-
0901 0049 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) Pessoal Ativo	28 846	1	1	100		11.038.234,00	-	-	11.038.234,00	-
0901 0049 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) CPSS	28 846	1	1	100		2.428.411,00	-	-	2.428.411,00	-
0901 0716 0001	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos Pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	28 846	1	3	100		11.550,00	-	-	-	11.550,00
	TOTAL						1.641.510.138,00	187.842.917,00	120.309.787,00	14.057.814,21	1.894.985.672,79

Nota: Foi considerado no cancelo de Dotação Autorizada o valor de contingenciamento, conforme Resolução CNJ nº 102/2009.

4.2 Execução Financeira

O TJDF iniciou o exercício de 2011 com saldo financeiro de R\$ 72.191.658,76, proveniente do exercício de 2010, constante da conta contábil 112.160.400 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. No decorrer do exercício, ainda ingressaram, nessa conta, recursos no total de R\$ 1.655.387.510,56.

Desse montante, foram realizados pagamentos no total de R\$ 1.645.468.213,66. O saldo restante na conta, R\$ 82.110.955,66, foi transferido para a efetivação de pagamentos no transcorrer do exercício de 2012.

4.3 Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Esse Programa destina-se ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e integra o orçamento de todos os órgãos da Administração Pública que têm valores para serem quitados.

Na Tabela 5 – Operações Especiais, são apresentados os valores alocados para as ações que compõem o Programa.

Destaca-se que, apesar de as referidas ações constarem da Lei Orçamentária Anual de 2011, não houve, para essas ações, execução de despesas, uma vez que, por meio do Ofício-Circular SOF/MP 2/2011 e da Nota Técnica SOF/MP 17/2011, a Secretaria de Orçamento Federal – do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – determinou que as ações orçamentárias voltadas a despesas com pessoal e encargos fossem centralizadas. Assim, foi providenciado, por meio da Portaria GPR 1.210/2011, o remanejamento dessas dotações para as ações ordinárias de pagamento de pessoal.

Tabela 5 – Operações Especiais

Funcional Programática	Descrição do Programa/Ação	Função / Subfunção	Esfera	GND	Dotação Inicial	Suplementação	Cancelamento
0901	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				28.344.027	-	28.332.477
0901 00FB 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) Aposentadorias e Pensões	28 846	2	1	14.865.832	-	14.865.832
0901 00FK 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) Pessoal Ativo	28 846	1	1	11.038.234	-	11.038.234
0901 00FO 0001	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) CPSS	28 846	1	1	2.428.411	-	2.428.411
0901 0716 0001	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos Pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	28 846	1	3	11.550	-	-
0567	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL				1.061.108.149	13.466.645	-
0567 09HB 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	02 122	1	1	171.379.217	2.428.411	-
0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061	1	1	889.728.932	11.038.234	-
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVO E PENSIONISTA DA UNIÃO				227.113.836	14.865.832	-
0089 0396 0053	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Distrito Federal	09 272	2	1	227.113.836	14.865.832	-

4.4 Restos a Pagar

Em 2011, o Tribunal inscreveu na rubrica restos a pagar não processados o montante de R\$ 97.797.883,09, correspondente ao percentual de 5,8% do total da dotação empenhada.

A maior parte desse montante vincula-se ao Projeto 3751 – Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Em razão da necessidade de realizar licitações para a construção dos prédios das varas e dos juizados, a liquidação e o pagamento das despesas no exercício findo ficaram comprometidos. As licitações somente foram concluídas em dezembro.

Outro fator que contribuiu para elevar o montante inscrito em restos a pagar não processados foi o contingenciamento imposto a este Órgão, o que impediu a abertura de procedimentos licitatórios.

Ressalta-se, ainda, que a vigência dos restos a pagar inscritos no ano de 2010 e nos anos anteriores foi prorrogada para trinta de junho de 2012, conforme estabelecido pelo Decreto da Presidência da República n. 7.654/2011.

Tabela 6 – RP 2011

Execução de Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Outros Exercícios						
Grupo da Despesa	(A) RP Inscrito em Outros Exercícios	(B) RP Cancelado	(C) RP Liquidado		RP a Liquidar	Índice de Execução (B+C)/A
			Pago	A pagar		
1 - Pessoal	-	-	-	-	-	-
3 - Outros Custeios	298.650,71	38.138,00	260.512,71	-	-	100%
4 - Investimentos	376.876,33	23.331,30	233.959,93	25.913,70	93.671,40	75,1%
TOTAL GERAL	675.527,04	61.469,30	494.472,64	25.913,70	93.671,40	86,1%

Execução de Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2010						
Grupo da Despesa	(D) RP Inscrito em 2010	(E) RP Cancelado	(F) RP Liquidado		RP a Liquidar	Índice de Execução (D+E)/F
			Pago	A pagar		
1 - Pessoal	2.628.129,71	-	2.628.129,71	-	-	100%
3 - Outros Custeios	14.018.448,42	415.836,26	12.257.957,24	205.008,04	1.139.646,88	91,9%
4 - Investimentos	43.555.206,85	14.274.912,80	20.655.013,68	933.766,95	7.691.513,42	82,3%
TOTAL GERAL	60.201.784,98	14.690.749,06	35.541.100,63	1.138.774,99	8.831.160,30	85,3%

Inscrição de Restos a Pagar Não Processados em 2011			
Grupo da Despesa	Despesa Empenhada (A)	RP Inscritos (B)	(C) = B/A
1 - Pessoal	1.407.497.778,00	11.725.200,11	0,8%
3 - Outros Custeios	214.053.876,72	21.975.657,96	10,3%
4 - Investimentos	72.741.596,97	64.097.025,02	88,1%
TOTAL GERAL	1.694.293.251,69	97.797.883,09	5,8%

Notas:

- [1] Os saldos de RP a liquidar tiveram sua vigência prorrogada até 30/06/2012 por meio do Decreto da Presidência da República N. 7.654/2011.
- [2] Por execução de Restos a Pagar Processados entende-se o cancelamento ou liquidação do empenho.

4.5 Suprimento de Fundos

As despesas realizadas pelo TJDFT sob a modalidade suprimento de fundos somaram o valor de R\$ 44.941,94, o que representou cerca de 0,02% do total de gastos com outras despesas correntes, cujo valor total foi de R\$ 214.053.876,72.

Observe-se que a importância de R\$ 1.682,76*, referente ao saldo das notas de empenho 2011NE000038 e 2011NE000039, foi excluída do total da despesa com suprimento de fundos, uma vez que, apesar de ter sido inscrita em restos a pagar no exercício de 2011, foi cancelada em 2012.

Repise-se que, desde 2007, o TJDFT mantém, em sua página da internet, sob o título Transparência e Licitações, a relação dos gastos com as despesas decorrentes de suprimento de fundos, o que permite ao cidadão acompanhar tanto os dispêndios realizados pelo Tribunal quanto a relação de itens adquiridos nesta modalidade de despesa.

Gastos com Suprimento de Fundos

Cartão de Pagamento do Governo Federal					
Exercício	Fatura (A)	% A/C	Saque (B)	% B/C	Total (C)=(A)+(B)
2009	38.351,89	80,9%	9.069,10	19,1%	47.420,99
2010	36.419,12	86,4%	5.748,62	13,6%	42.167,74
2011	38.647,04	86,0%	6.294,90	14,0%	44.941,94

Fonte SIAFI: contas contábeis 199962401/199962402/199962404/292410309

Nota: Foram excluídos os valores de despesa referentes ao orçamento de 2010 pagos no ano de 2011

* O valor de R\$ 1.682,76 referente aos saldos das 2011ne000038/39, foi excluído do total da despesa com suprimento de fundos, por se tratar de saldo inscrito em restos a pagar e posteriormente cancelado.

4.6 Índices que permitem aferir o comportamento da execução orçamentária

Preliminarmente, é importante destacar que os dados aqui tratados correspondem à gestão orçamentária e financeira da Unidade Gestora 100001 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal –, vinculada à Unidade Orçamentária 16.101, em conjunto com a Unidade Gestora 100009 – Vara da Infância e Juventude –, vinculada à Unidade Orçamentária 16.103, cujos ordenadores apresentam contas consolidadas nos termos da Instrução Normativa TCU 63 de 1º de setembro de 2010 e da Decisão Normativa TCU 117 de 19 de outubro de 2011.

4.6.1 Índice de utilização orçamentária

Em 2011, o Tribunal contou com recursos, aprovados na Lei Orçamentária, no total de R\$ 1.709.043.488,00, acrescidos de R\$ 5.300,00, repassados pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF em atendimento ao art. 29 da LDO de 2011, totalizando, assim, o montante de R\$ 1.709.048.788,00.

Do total mencionado, foi repassada a quantia de R\$ 649.698,66 ao Ministério da Defesa para atender à execução de Convênio Firmado com o TJDFT e foi contingenciado o valor de R\$ 14.057.814,21, restando para execução a quantia líquida de R\$ 1.694.341.275,13. Desta quantia, foram liquidados (empenhados) R\$ 1.694.293.251,69, valor correspondente a 99,997% do montante restante, ficando sem execução apenas a diminuta quantia de R\$ 48.023,44, como abaixo representado:

$$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Dotação Autorizada}} \times 100 = \frac{1.694.293.251,69}{1.694.341.275,13} \times 100 = 99,997\%$$

4.6.2 Índice de inscrição em restos a pagar não processados realizados no exercício

a. Correspondente às inscrições totais efetivadas no exercício, em relação à despesa total executada.

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos}}{\text{Despesa total Realizada}} \times 100 = \frac{97.797.883,098}{1.694.293.251,69} \times 100 = 5,77\%$$

b. Correspondente às inscrições ocorridas nas despesas de custeio, em relação à despesa total executada no grupo outras despesas correntes.

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos (custeio)}}{\text{Despesa de Custeio Realizada}} \times 100 = \frac{21.975.657,96}{214.053.876,72} \times 100 = 10,26\%$$

c. Correspondente às inscrições ocorridas nas despesas de capital, em relação ao total da despesa executada nesse grupo.

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos (capital)}}{\text{Despesa de Capital Realizada}} \times 100 = \frac{64.097.025,02}{72.741.596,97} \times 100 = 88,11\%$$

d. Correspondente às inscrições efetivadas nas despesas de pessoal e encargos sociais, em relação à despesa total executada nesse grupo.

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos (pessoal)}}{\text{Despesa com Pessoal Realizada}} \times 100 = \frac{11.725.200,11}{1.407.497.778,00} \times 100 = 0,83\%$$

4.6.3 Índice de restos a pagar não processados inscritos em 2010 e liquidados em 2011

$$\frac{\text{RP Não Processados Liquidados/11}}{\text{RP Não Processados Inscritos/10}} \times 100 = \frac{36.679.875,62}{60.201.784,98} \times 100 = 60,93\%$$

O índice apurado indica que 39,07% dos restos a pagar não processados inscritos em 2010 deixaram de ser liquidados em 2011 – no valor de R\$ 23.521.909,36 –, dos quais R\$ 14.690.749,06 foram cancelados, e R\$ 8.831.160,30 mantiveram-se inscritos nos termos do art. 68 do Decreto 93.872, de 1996.

4.6.4 Índice de realização de despesas diretas com pessoal e com encargos sociais

$$\frac{\text{Despesa com Pessoal e Encargos}}{\text{Despesa Total Realizada}} \times 100 = \frac{1.407.497.778,00}{1.694.293.251,69} \times 100 = 83,07\%$$

O índice obtido indica que 83,07% dos gastos orçamentários foram realizados com pessoal e com encargos sociais, o que se pode considerar normal, uma vez que as atribuições do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Vara da Infância e Juventude exigem mais destinação de recursos à remuneração de pessoal qualificado para prestação de serviços jurisdicionais.

4.6.5 Índice de gasto com quitação de passivos de pessoal de exercícios anteriores, em relação à despesa total executada com pessoal e encargos sociais

$$\frac{\text{Liquidação de Passivos de Exercícios Anteriores, incluindo Encargos}}{\text{Despesa Total Realizada com Pessoal e Encargos}} \times 100 = \frac{1.130.020.027,77}{1.407.497.778,00} \times 100 = 80,28\%$$

O índice encontrado indica o percentual da despesa com pessoal e com encargos sociais, carreado para a liquidação de passivos de exercícios anteriores.

4.6.6 Índice de gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas)

$$\frac{\text{Despesa Aposentadorias e Pensões}}{\text{Despesa Executada Pessoal e Encargos}} \times 100 = \frac{282.074.788,00}{1.407.497.778,00} \times 100 = 20,04\%$$

O índice encontrado indica o percentual de comprometimento da despesa executada com inativos e pensionistas.

4.6.7 Índice de realização de despesas diretas com investimentos

$$\frac{\text{Realizadas Investimentos}}{\text{Despesa Total Realizada}} \times 100 = \frac{72.741.596,97}{1.694.293.251,69} \times 100 = 4,29\%$$

O percentual de aplicação de recursos em imobilizações decorre de despesas destinadas às aquisições de materiais permanentes, às obras e às instalações.

O índice encontrado de 4,29% indica pouca imobilização de recursos, o que deve ser considerado normal, porquanto tais despesas são de natureza circunstancial, condicionadas à necessidade de expansão das instalações do Órgão para o melhor cumprimento de sua Missão e atendimento às necessidades da população.

4.6.8 Índice de realização de despesas diretas com custeio

$$\frac{\text{Realizadas Com Custeio}}{\text{Despesa Total Realizada}} \times 100 = \frac{214.053.876,72}{1.694.293.251,69} \times 100 = 12,63\%$$

As despesas de custeio compreendem os gastos indispensáveis à manutenção e ao funcionamento do Órgão, contemplando, entre outros, os contratos de serviços contínuos e de aquisição de material de consumo bem como os benefícios de folha de pagamento. Conforme indica o índice, esses gastos representaram 12,63% da despesa total executada.

4.6.9 Índice de execução da despesa de custeio/investimento com recursos de fonte própria

$$\frac{\text{Desp. custeio / investimento executada nas fontes 50 / 80 / 81}}{\text{Despesa Total executada com custeio / investimento}} \times 100 = \frac{45.885.598,21}{286.795.473,69} \times 100 = 16,0\%$$

O índice indica que 16% da despesa executada no grupo outras despesas correntes e de capital foi custeada com recursos próprios diretamente arrecadados, aplicados em favor do PROJUS.

4.6.10 Índice de utilização de recursos próprios – PRÓ-SAÚDE – no pagamento de despesas com assistência médico-odontológica e ambulatorial

$$\frac{(\text{Recursos próprios do PRÓ - SAÚDE})}{(\text{Recursos próprios PRÓ - SAÚDE} + \text{Recursos da LOA/2010})} - 1 = \frac{29.426.284,29}{29.426.284,29 + 22.342.760,00} - 1 = 43,15\%$$

O índice encontrado permite inferir que os recursos destinados na Lei Orçamentária de 2011 para o custeio de assistência médico-hospitalar-ambulatorial e odontológica aos servidores e magistrados ativos e inativos do Tribunal e seus dependentes, no valor de R\$ 22.342.760,00, foram suficientes para o custeio de apenas 43,15% da despesa total executada, no valor de R\$ 51.769.044,29.

O restante dos recursos, R\$ 29.426.284,29, foi custeado pelo Pró-Saúde com receita advinda das contribuições dos filiados.

4.6.11 Índice de suplementação da despesa

$$\frac{\text{Suplementação}}{\text{Dotação Inicial}} \times 100 = \frac{67.533.150,00}{1.641.510.338,00} \times 100 = 4,11\%$$

O índice encontrado indica o percentual de acréscimo de créditos suplementares ao orçamento no valor de R\$ 67.533.150,00. Destes créditos, R\$ 51.982.316,00 foram destinados a pessoal e encargos sociais, R\$ 1.426.425,00 destinados a custeio; e R\$ 14.124.409,00, a investimento.

4.6.12 Índice de contingenciamento em relação à dotação autorizada de custeio/investimento

$$\frac{\text{Contingenciamento}}{\text{Despesa Autorizada c/custeio e investimento}} \times 100 = \frac{14.057.814,21}{301.545.710,00} \times 100 = 4,66\%$$

O percentual apurado indica que 4,66% dos créditos orçamentários destinados a custeio e a investimento foram contingenciados pelo Governo Federal e ficaram com a utilização frustrada.

4.7 Notas explicativas com os principais critérios para a composição das demonstrações contábeis

Preliminarmente, informa-se que a Contabilidade do Órgão integra a estrutura da Secretaria de Recursos Orçamentários e Financeiros da Secretaria-Geral do Tribunal e que não houve restrições contábeis que pudessem gerar inconsistências nas demonstrações contábeis ou impropriedades na execução orçamentária, financeira e patrimonial, registradas pela conformidade do Órgão.

As demonstrações contábeis abrangem a gestão orçamentária, financeira e patrimonial das seguintes Unidades Gestoras do SIAFI, integrantes do Órgão 16.000 – Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

- a. 100001 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, vinculada à Unidade Orçamentária 16.101;
- b. 100009 – Vara da Infância e da Juventude, vinculada à Unidade Orçamentária 16.103;
- c. 100011 – Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cuja atividade se resume à arrecadação e ao repasse, a quem de direito, das custas judiciais e dos emolumentos de 1ª Instância, consoante dispõe a legislação própria, não constitui, pois, Unidade Executora de recursos orçamentários.

Os comentários que se seguem se referem a aspectos relevantes e materiais das demonstrações.

4.7.1 Balanço Patrimonial – art. 105 da Lei 4.320/64

Retrata a composição patrimonial de uma entidade, constituída de bens e direitos (elementos ativos) e obrigações (elementos passivos) bem como de patrimônio líquido que, em se tratando de órgão da Administração Pública Federal, resume-se à diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real.

ATIVO FINANCEIRO
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL – R\$ 31.838.265,16

Tem a seguinte composição:

- a. R\$ 30.053.806,08, correspondentes às disponibilidades aplicadas na Conta Única do Tesouro, de recursos próprios originários de convênios realizados entre o Tribunal e os bancos Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil – BB e Banco de Brasília – BRB, constantes da conta contábil 11112.0122 – RECURSOS DA CONTA ÚNICA APLICADOS, da UG 100001;
- b. R\$ 274.428,67, correspondentes a cauções prestadas por terceiros, depositadas na CEF, para garantia de execução de contratos mantidos com o Tribunal, constantes da conta contábil 11112.9900 – OUTRAS CONTAS, da UG 100001;
- c. R\$ 1.510.030,41, relativo a custas e emolumentos judiciais arrecadados, em dezembro de 2011, pela Corregedoria da Justiça do DF e Territórios, mantidos na CEF, BB e BRB, constantes da conta contábil 11112.9900 – OUTRAS CONTAS, da UG 100011.

Limite de saque com vinculação de pagamento – R\$ 82.110.955,66

Refere-se ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional destinado ao pagamento de obrigações originadas da execução orçamentária *restos a pagar* do exercício de 2011 e anteriores, das Unidades Gestoras 100001 e 100009.

ATIVO PERMANENTE – R\$ 398.123.235,64

O Ativo Permanente é formado pelo acervo de bens móveis, no valor de R\$ 82.915.425,67, acrescidos dos imóveis, no valor de R\$ 318.969.335,89 – incluídos aqueles inscritos no SPIUnet, que totalizam 26 obras em andamento e instalações –, deduzidos da depreciação acumulada, no total de R\$ 3.761.525,92.

Ressalta-se que, seguindo o cronograma estabelecido pela STN na Macrofunção do Manual SIAFI 020330, foram incluídos, em 2011, no processo de depreciação de bens móveis os bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, constantes das contas 1.4.2.1.2.35.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS – e 1.4.2.1.2.52.00 – VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA.

A depreciação segue o método de quotas constantes, e os parâmetros de vida útil e valor residual, para cada conta contábil, correspondem aos estabelecidos para a Administração Pública na Macrofunção mencionada.

PASSIVO FINANCEIRO
DEPÓSITOS – R\$ 2.776.304,80

Corresponde a valores de terceiros, originários da execução orçamentária e extraorçamentária. Entre esses, destacam-se os recursos do Tesouro Nacional/Municipal, relativos a indenizações e restituições bem como a tributos e contribuições tributárias retidos de pagamentos realizados a fornecedores de bens e serviços e de valores arrecadados, em dezembro de 2011, pela UG 100011, relativos a custas e emolumentos judiciais.

OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – R\$ 3.482.130,18

São valores que serão pagos a fornecedores, correspondentes a despesas liquidadas com fornecimento de bens ou serviços no exercício de 2011 e nos anteriores.

Restos a pagar não processados a liquidar – R\$ 106.722.714,79

Referem-se a valores empenhados e não liquidados, tanto no exercício de 2011, no valor de R\$ 97.797.883,09, quanto nos exercícios anteriores, no total de R\$ 8.924.831,70 – em 2008, R\$ 92.655,48; em 2009, R\$ 1.015,92; e em 2010, R\$ 8.831.160,30 –, inscritos em *restos a pagar não processados*, consoante disposições do art. 68 do Decreto 93.872, de 1996.

PASSIVO NÃO FINANCEIRO
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
PESSOAL A PAGAR – R\$ 51.063.874,13

Esse valor corresponde a obrigações com o pessoal do Tribunal relativas a exercícios anteriores e pendentes de pagamento por insuficiência de recurso orçamentário. Compreende dívidas decorrentes de decisões judiciais e administrativas, conforme o contido no PA 061/2011, efetivado em atendimento ao princípio contábil da competência, e o contido na Macrofunção do Manual SIAFI 021140 e da Nota Técnica STN/CCONT 2309, de 28 de dezembro de 2007.

Ressalta-se que, em 2010, o saldo desta conta era de R\$ 131.512.162,18, e a diferença, de R\$ 80.448.288,05, deve-se à efetivação de pagamento.

Retificação de restos a pagar não processados a liquidar – R\$ 106.722.714,79

Essa conta refere-se a registro realizado pela Coordenação de Contabilidade da STN-MF para eliminar o efeito, no patrimônio líquido, da inscrição de *restos a pagar não processados* que não representam obrigação efetiva, uma vez que tratam de despesa não liquidada.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 462.417.025,14

Esse valor corresponde à diferença entre o ativo real, R\$ 520.073.265,35, e o passivo real, R\$ 57.656.240,21. Refere-se ao patrimônio efetivo do Órgão da Justiça, representado, basicamente, pelo seu ativo permanente – bens móveis e imóveis.

Ressalta-se a inclusão no patrimônio líquido do resultado patrimonial do exercício, superavitário em R\$ 149.236.158,17, conforme apurado e explicado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, bem como a dedução de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 24.077.488,92, relativa à redução de valor recuperável (ajuste ao valor de mercado) dos bens constantes da conta 1.4.2.1.2.35.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS e da conta 1.4.2.1.2.52.00 – VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA, adquiridos em exercícios anteriores a 2010 e cuja depreciação teve início no exercício de 2011, conforme disposto na Macrofunção do Manual SIAFI 020330, que prevê a contabilização da desvalorização acumulada desses bens em contrapartida direta ao patrimônio.

O Patrimônio Líquido tem, assim, a seguinte composição:

Patrimônio Acumulado em 31.12.2010	R\$ 337.258.355,89
Resultado do Exercício 2011	R\$ 149.236.158,17
Ajustes de Exercício Anteriores	R\$ 24.077.488,92
Patrimônio Acumulado em 31.12.2011	R\$ 462.417.025,14

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro é apurado pela diferença entre o ativo e o passivo financeiros e visa demonstrar a sobra ou déficit de recursos para atendimento das obrigações assumidas, incluindo os *restos a pagar não processados*.

Desse modo, o Balanço Patrimonial apresenta um ativo financeiro de R\$ 113.961.043,50 e um passivo financeiro de R\$ 113.315.080,87, demonstrando, assim, um superávit financeiro de R\$ 645.962,63, o que representaria sobra de recursos se o passivo constante da conta contábil 19329.0200 – DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSOS E NO DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES viesse a ser todo liquidado. Esse superávit é basicamente originário de receita diretamente arrecadada, fonte 50, não utilizada no exercício por falta do crédito orçamentário.

4.7.2 Balanço Orçamentário – art. 102 da Lei 4.320/64

Esse balanço demonstra a relação entre as receitas e despesas previstas e as efetivamente realizadas. Destaca-se que, por ser tratar de órgão público integrante da Administração Pública Federal, as receitas do Tribunal constituem-se, basicamente, das cotas recebidas do Tesouro Nacional para a execução orçamentária.

DA RECEITA EXECUTADA – R\$ 63.834.319,61

Essa receita corresponde ao ingresso de recursos, em favor do Órgão, ocorridos no exercício, constituídos da seguinte maneira:

- a. R\$ 45.270.997,02, correspondentes a receitas próprias diretamente arrecadadas, provenientes de convênios realizados com instituições financeiras – fonte 81; R\$ 36.745.242,35, provenientes de rendimentos de aplicação desses recursos na Conta Única do Tesouro – fonte 80; R\$ 2.899.614,44, originários de taxas por serviços prestados, por ocupação de imóveis; R\$ 5.626.140,23, advindos da inscrição em concurso, multas diversas e alienação de bens – fonte 50. Dessas receitas, R\$ 45.167.274,21 foram incorporadas à execução orçamentária, juntamente com a quantia de R\$ 718.324,00, arrecadada em exercício anterior a título de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, totalizando assim a quantia de R\$ 45.885.598,21, utilizada no custeio de despesas nas fontes 150, 180 e 181.
- b. R\$ 18.563.322,59, relativos a receitas arrecadadas de fonte primária do Tesouro – fontes 00, 17 e 27 –, e não incorporadas ao orçamento. Tais recursos referem-se a Custas e Emolumentos da 1ª e da 2ª Instâncias, arrecadadas no âmbito da Corregedoria, UG 100011, no total de R\$ 17.511.788,99; a Contribuições ao Montepio Civil da União, no valor de R\$ 158.978,00; e a Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores e Outras Receitas Correntes, no montante de R\$ 892.555,60, recolhidos por meio da folha de pagamento. Esses recursos foram mantidos na Conta Única para que sejam utilizados pela STN na execução da Programação Financeira do Orçamento Geral da União.

DA DESPESA EXECUTADA – R\$ 1.694.293.251,69

Esse valor refere-se à despesa total liquidada pelas Unidades Orçamentárias 16.101 e 16.103, incluídos os *restos a pagar não processados inscritos no exercício*, no total de R\$ 97.797.883,09.

O balanço demonstra que a dotação orçamentária disponibilizada ao Órgão, incluindo crédito inicial e suplementar, atingiu o montante de R\$ 1.708.399.089,34. Desse valor, foi utilizado o total de R\$ 1.694.293.251,69, remanescendo a quantia de R\$ 14.105.837,65, da qual R\$ 14.057.814,21 foi contingenciada pelo Governo Federal, conforme contido na conta contábil 2.9.2.1.2.01.02 – CRÉDITO BLOQUEADO PARA CONTROLE INTERNO, restando a quantia de R\$ 48.023,44, efetivamente não executada, constante da conta contábil 2.9.2.1.1.00.00 – CRÉDITO DISPONÍVEL.

DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – R\$ 1.630.458.932,08

O resultado do balanço orçamentário é apurado pela diferença entre a receita e a despesa executada.

Assim, como a receita arrecadada totalizou R\$ 63.834.319,61; e a despesa, R\$ 1.694.293.251,69, o balanço demonstra um déficit orçamentário de R\$ 1.630.458.932,08. Esse déficit foi coberto pelas Cotas Financeiras Repassadas pela STN para execução do orçamento nas fontes tesouro, não incluídas no balanço. Obviamente, a receita diretamente arrecadada pelo Tribunal, tanto por meio do Tesouro como por fonte própria, é ínfima em relação ao seu Orçamento total, representando apenas 3,76% de participação, o que demonstra a inteira dependência do Órgão em relação aos repasses da União a fim de garantir o próprio funcionamento e manutenção.

O orçamento executado foi custeado da seguinte forma:

Cotas Financeiras recebidas da STN	R\$ 1.648.407.653,48
Receitas próprias (fontes 50, 80 e 81) arrecadadas no exercício	R\$ 45.167.274,21
Receitas próprias (fonte 50) arrecadadas em exercício anterior	R\$ 718.324,00
TOTAL: R\$ 1.694.293.251,69	

4.7.3 Balanço Financeiro – art. 103 da Lei 4.320/64

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos no exercício de 2011 decorrentes da execução orçamentária e extraorçamentária, aliados aos saldos das disponibilidades do exercício anterior (2010) e atual (2011), devendo contemplar todas as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias realizadas.

É importante ressaltar que, em relação aos ingressos e dispêndios extraorçamentários, os títulos que os representam figuram no Balanço por meio dos saldos do exercício anterior – no lado dos ingressos – e do atual – no lado dos dispêndios –, de maneira que a diferença entre ambos represente os ingressos e saídas efetivas de recursos.

Ingressos – R\$ 1.920.494.858,13

ORÇAMENTÁRIOS – R\$ 1.718.937.620,16

Neste campo, destaca-se a receita arrecadada pelo Órgão nas fontes próprias e primárias do Tesouro, no total líquido de R\$ 63.834.319,61, somadas às cotas recebidas da STN para execução do orçamento nas fontes tesouro, no total de R\$ 1.648.955.819,75.

Têm-se ainda, neste campo, para compensar a inclusão nos dispêndios, os valores de sub-repasses que se referem a transferências financeiras realizadas no âmbito do Órgão, no caso, da UG 100001 para a UG 100009, no exercício de 2011, no total de R\$ 5.965.602,51.

EXTRAORÇAMENTÁRIOS – R\$ 201.557.237,97

Nos ingressos extraorçamentários, destacam-se o saldo de limite de saque com vinculação de pagamento do exercício anterior, no total de R\$ 72.191.658,76; as obrigações do exercício com terceiros, constituídas de depósitos – consignações,

recursos do tesouro, depósitos de diversas origens –, no total de R\$ 2.776.304,80; os restos a pagar processados, no total de R\$ 3.344.412,41, e os não processados, no total de R\$ 106.722.714,79, aqui incluídos para manter o equilíbrio do balanço, uma vez que, no lado dos dispêndios, é demonstrada toda a despesa executada, incluindo as pagas e as não pagas, bem como os cancelamentos de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, no total de R\$ 14.752.218,36, que se constituem em ingresso de recursos, e o saldo das disponibilidades do exercício anterior, mantidas na conta única e em outras contas, no valor de R\$ 1.298.279,98.

Dispêndios – R\$ 1.920.494.858,13

ORÇAMENTÁRIOS – R\$ 1.700.968.054,99

Neste campo, destaca-se a despesa total executada – corrente e de capital –, paga ou não, no total de R\$ 1.694.293.251,69, aliada às transferências de recursos, internas e externas, realizadas no exercício, a título de repasse ao Ministério da Defesa, no montante de R\$ 649.698,66, e de sub-repasse à Vara da Infância e Juventude – UG 100009, no valor de R\$ 5.965.602,51, valores constantes também no campo dos ingressos, para equilíbrio do balanço, uma vez que se trata de transferência no âmbito do mesmo Órgão.

Observa-se, entre as despesas correntes, que os valores constantes do título *Despesa entre Órgãos do Orçamento* se referem aos valores executados na modalidade de aplicação 91, relativos à contribuição patronal ao Plano de Seguridade Social do Servidor e a contratos mantidos com órgãos públicos, integrantes do orçamento da União.

EXTRAORÇAMENTÁRIOS – R\$ 219.526.803,14

Têm-se, neste item, as transferências à STN, a título de movimento de fundos a crédito, no total de R\$ 18.563.322,59, referentes à receita arrecadada em fonte primária do Tesouro, cuja contabilização ficou no Órgão, com o financeiro em poder da

STN, incluídos para compensar o lançamento no campo dos ingressos; o saldo de limite de saque com vinculação de pagamento do exercício, no total de R\$ 82.111.299,65; o saldo do exercício anterior das obrigações com terceiros, constituídas de depósitos de diversas origens e recursos do Tesouro, no total de R\$ 2.844.758,74; os restos a pagar processados, no total de R\$ 7.692.423,94, e os não processados, no total de R\$ 60.877.312,02; o ajuste de direitos e obrigações, constituído de baixa de créditos a receber, no valor de R\$ 1.050.090,28, e o ajuste financeiro a débito, no total de R\$ 14.350.060,51, relativo basicamente à devolução ao Banco do Brasil de recurso não utilizado relativo a convênio firmado com o Tribunal; e, por fim, o saldo das disponibilidades, em 2011, mantidas na conta única do Tesouro e em Outras Contas, no total de R\$ 31.838.265,16.

Resultado do Balanço Financeiro – R\$ 30.539.985,18

O resultado do balanço financeiro é medido pela diferença entre o saldo das disponibilidades do exercício encerrado (2011) – R\$ 31.838.265,16 – e o do exercício anterior (2010) – R\$ 1.298.279,98.

O resultado foi superavitário, representando aumento do saldo das disponibilidades, em moeda, entre o exercício encerrado e o anterior, mantidas na conta única e em outras contas constituídas de recursos de convênio aplicados na Conta Única, de caução de terceiros para garantia de contratos mantidos com o Tribunal, depositada na CEF, e de custas e emolumentos de 1ª e 2ª Instâncias, arrecadados no âmbito da Corregedoria por meio da CEF, BRB e BB, no mês de dezembro de 2011, e repassados aos destinatários no mês seguinte.

Destaca-se que as disponibilidades destinadas ao pagamento da despesa orçamentária não são mantidas na Conta Única da Unidade Gestora, mas, sim, no Tesouro Nacional, e são geridas pela Unidade Executora por meio da conta representativa de recursos especiais a receber denominada *Limite de Saque com Vinculação de Pagamento*, que não se caracteriza propriamente por disponibilidade, ou seja, moeda, mas por um limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil.

4.7.4 Demonstração das Variações Patrimoniais – art. 104 da Lei 4.320/64

Neste campo, tem-se por finalidade demonstrar todas as variações patrimoniais, ativas e passivas, ocorridas no período da Gestão, decorrentes da execução orçamentária e extraorçamentária. Além disso, visa indicar o resultado patrimonial do exercício.

VARIAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS – R\$ 1.869.663.214,10

Nesse título, estão agrupadas as contas representativas de acréscimos ao patrimônio, vinculadas à execução orçamentária do exercício, destacando-se a receita arrecadada, no total de R\$ 63.834.319,61; as cotas financeiras recebidas da STN para execução do orçamento nas fontes primárias do Tesouro, no total de R\$ 1.648.955.819,75; e as mutações ativas, constituídas por incorporação de bens e de créditos e por desincorporação de passivos, no valor de R\$ 150.895.991,29.

VARIAÇÕES ATIVAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS – R\$ 152.022.664,45

Assim como as variações ativas orçamentárias, as extraorçamentárias também abrangem fatos representativos de acréscimos patrimoniais, porém desvinculados da execução orçamentária do exercício, tais como a incorporação de bens móveis e imóveis, originária de liquidação de restos a pagar não processados, no valor de R\$ 27.746.563,27; as reavaliações de bens imóveis, decorrentes da incorporação de benfeitorias realizadas no SPIUnet, no montante de R\$ 25.937.915,88; e a desincorporação de passivos, no valor de R\$ 96.343.842,63, constituídos de cancelamento de restos a pagar – R\$ 14.752.218,36 – e de passivo de exercício anterior de pessoal liquidado – R\$ 81.591.624,27.

VARIAÇÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS – R\$ 1.701.012.996,93

Essas variações representam decréscimos do patrimônio vinculados à execução orçamentária, decorrentes basicamente da execução da despesa, no valor de R\$ 1.694.293.251,69, e das transferências financeiras concedidas, no montante de R\$ 6.674.803,30, relativas a sub-repasses em favor da Vara da Infância e da Juventude – R\$ 5.965.602,51 – e a repasse em favor do Ministério da Defesa em decorrência de convênio firmado – R\$ 649.698,66.

VARIAÇÕES PASSIVAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS – R\$ 171.436.723,45

Essas variações também representam redução do patrimônio, mas são desvinculadas da execução orçamentária.

Constituem-se de: transferências financeiras à STN, a título de movimentos de fundos a crédito, no total de R\$ 18.563.322,59, relativos à receita arrecadada em fonte primária do Tesouro, cuja contabilização se deu no Tribunal, mas o financeiro manteve-se em poder da STN, incluídas para compensar o lançamento da variação ativa, representada pela receita; desincorporações de ativo, no total de R\$ 82.297.716,84, representados pelas baixas de bens imóveis em razão da conclusão de obras em andamento, no total de R\$ 28.187.516,18, dos quais R\$ 25.937.377,24 foram incorporados no SPIUnet; bens móveis, no total de R\$ 13.720.346,46 – bens permanentes, R\$ 2.902.815,15; baixados basicamente por doação, R\$ 2.003.921,74; reclassificação, R\$ 798.780,19; e relativos à baixa de estoque de bens de consumo, R\$ 10.817.531,31 –; baixa de créditos a receber diversos, no total de R\$ 39.761.532,22, dos quais se destacam os adiantamentos de férias e a gratificação natalina, no valor de R\$ 36.997.883,50; e depreciação acumulada dos bens móveis, na monta de R\$ 2.679.867,07.

Ainda fazem parte dessas variações a incorporação de passivos, no valor de R\$ 52.122.877,67, relativos à liquidação de restos a pagar não processados; R\$ 51.952.480,32 por outras obrigações geradas e, por fim, os ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 15.772.939,28, em que se destaca o ajuste financeiro de R\$ 14.312.230,51, relativo à devolução ao Banco do Brasil de receita de convênio não utilizada.

RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO – 149.236.158,17

O resultado patrimonial do exercício é representado pela diferença entre o total das variações ativas e passivas, orçamentárias e extraorçamentárias.

No exercício de 2011, o resultado foi superavitário em R\$ 149.236.158,17, indicando que as incorporações superaram as desincorporações patrimoniais, resultando em aumento do Patrimônio Líquido acumulado do Órgão 16000, que passou de R\$ 337.258.355,89, em 2010, para R\$ 462.417.025,14, em 2011, com a dedução do ajuste de exercício anterior, no valor de R\$ 24.077.488,92, já explicado nas notas do balanço patrimonial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2011, este Tribunal, mais uma vez, seguiu modernas diretrizes de Gestão Estratégica a fim de cumprir, com primor, sua Missão Institucional. Concentrou esforços, tanto na execução das ações constantes da Lei Orçamentária de 2011 quanto em outros projetos, fundamentais ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

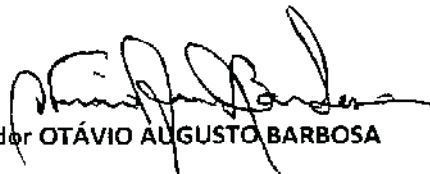
O incessante trabalho, constantemente direcionado à melhoria do desempenho institucional, resultou em considerável aumento da produtividade, além de tantos outros benefícios entregues à população.

O futuro que se descortina é desafiador, uma vez que a demanda da sociedade pela resolução de conflitos por meio do Poder Judiciário é crescente. Antevendo essa tendência, foram estimuladas, no Tribunal, a cultura de proatividade, a eficiência e a gestão da informação, com um só propósito: obter mais celeridade, sem perder a qualidade dos serviços prestados por esta Corte Judicial.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios concluiu, dessa forma, mais um exercício de ações e iniciativas balizadas pelos princípios da ética e da eficiência na gestão. Além disso, ainda se manteve vigilante à aplicação dos bens públicos disponibilizados pelo Estado Brasileiro e, sobretudo, buscou atender, de forma plena, às demandas dos cidadãos.

É o relatório.

Em 20 de março de 2012.



Desembargador OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

6.ANEXOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

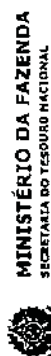
TÍTULO		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		FUNSAO		ORÇ/RECHAO	
ORÇAO SUPRAOR		08/02/2012		1	
16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS					
16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS					
TÍTULOS		2010		2011	
INGRESSOS					
TÍTULOS					
DISPENSOS					
RECEITAS CORRENTES	31.677.159,53	35.877.004,00	DESPESAS CORRENTES	1.421.551.684,72	1.523.216.804,78
RECEITA TRIBUTARIA	19.511.240,53	19.636.801,08	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.125.352.624,40	1.137.274.382,92
RECEITA PATRIMONIAL	3.518.156,26	4.56.834,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.763.918,86	194.494.097,42
RECEITA DE SERVIÇOS	4.208.716,40	6.181.748,69	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	11.550,00	10.710,00
OUTRAS RECEITAS	2.032,80	3.855.379,85	OUTRAS DESPESAS	213.772.368,86	194.492.387,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.932.977,69	5.959.789,92	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	192.375.111,49	171.948.174,44
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	7.088,45	6.581,54	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	182.105.153,60	171.772.373,69
RECEITA PATRIMONIAL	7.084,67	6.581,54	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.957,86	170.751,16
INTRAS RECEITAS CORRENTES	0,78	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	72.741.598,97	54.692.672,22
RECEITAS DE CAPITAL	36.796.372,25	17.066.402,39	INVESTIMENTOS	71.741.596,97	54.692.672,22
ALIEACAO DE BENS	51.130,00	70.133,15	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	25.230.125,89	184.790.165,11
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.745.242,25	16.996.269,24	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	6.674.803,30	6.966.889,15
RECEITA CAP. ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	-4.633.212,27	-12.711.808,20	REPASSO CONCEDIDO	5.965.603,51	373.410,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	1.653.101.300,55	1.734.471.940,74	SUB-REPASSO CONCEDIDO	5.965.602,51	6.593.478,50
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.854.932.903,26	1.567.879.599,90	SUB-REPASSO CONCEDIDO NO EXERC.	18.503.321,39	2,25
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS	1.846.985.819,73	1.561.285.806,66	VALORES OFERECIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	1.030.961,25
COTA RECEITA	5.965.602,51	5.593.478,90	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	1.030.961,25
SUB-REPASSO RECEBIDO	5.965.602,51	5.593.478,90	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	18.503.321,39	186.792.314,21
VALORES OFERECIDOS - BAIXA	2,25	276,14	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	0,00	135.618.661,71
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	170.397,35	166.594.280,84	DISPENSOS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	72.191.658,76
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	200.258.957,99	133.835.472,08	VALORES EM CIRCULAÇÃO	343,99	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	72.466.087,43	61.890.512,24	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	11.480,94	276,14
VALORES EM CIRCULAÇÃO	72.181.658,76	61.890.512,24	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.844.756,74	2.397.822,18
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	274.428,67	0,00	OUTROS CREDITOS	2.017.885,02	1.609.073,51
RECURSOS VINCULADOS	59.502,13	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	68.537.127,92	68.639.941,79
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	58.902,13	2,25	DEPOSITOS	7.692.423,94	4.412.131,67
VALORES DIFERENDOS	2.776.304,80	2.844.756,74	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.859.423,94	4.412.131,67
COMISSOES	2.594,76	0,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.859.423,94	4.412.131,67
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.120.310,46	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	7.859.423,94	4.412.131,67
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	653.399,86	626.873,72	FORNECEDORES	60.877.312,02	56.377.927,77
OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	174.987.063,63	69.898.597,08	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	230,96	1.553,20
FORNECEDORES	2.344.412,41	7.692.423,94	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	48,00	442,71
DO EXERCÍCIO	1.000.337,65	3.096.194,82	OUTROS DEBITOS	17.113,00	32.835,44
PERSONAL E ENCARGOS A PAGAR	953,17	0,00	OUTRAS OBRIGACOES	15.570.548,14	156.962,64
RESTOS A PAGAR	121.474.933,15	61.189.276,18	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.050.990,28	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	166.722.714,79	60.877.312,02	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.050.990,28	0,00
CANCELADO	14.752.218,49	511.494,16	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.001.397,15	184.052,64
VALORES EM TRANSITO	0,00	230,96	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	130.397,15	194.852,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	2
ORÇÃO SUPERIOR	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS				

		INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
		2011	2010	2011	2010
TÍTULOS	TÍTULOS				
OUTROS DEBITOS	OUTROS DEBITOS	1.048,00	48,00		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.275,90	17.113,60	14.350.060,51	2.110,00
AJUSTES DE DEBITOS E OBRIGAÇÕES	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	0,00	3.611,77	14.350.060,51	2.110,00
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00	3.611,77		
EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	3.611,77		
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	DISPONIBILIDADE DO PERÍODO SE	1.298.275,98	1.573.258,79	31.838.265,16	1.298.275,98
OUTRAS DISPONIBILIDADES	CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	1.298.275,98	1.573.258,79	30.053.806,08	0,00
	OUTRAS DISPONIBILIDADES			1.784.459,08	
				1.820.444.838,13	1.910.114.284,30
INGRESSOS	INGRESSOS	1.910.444.838,13	1.910.114.284,30		


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS EXERCÍCIOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		2011		DEZEMBRO	
ÓRGÃO SUPERIOR		16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		08/02/2012		PÁGINA	
ATIVO		ATIVO		PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	ATIVO FINANCEIRO	113.961.043,50	77.469.938,74	PASSIVO FINANCEIRO		113.115.080,87	71.431.888,91
	DISPONÍVEL	31.838.265,16	1.798.279,89	DEPÓSITOS		2.776.306,80	2.844.756,74
	DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	31.838.265,16	1.798.279,89	CONSIGNAÇÕES		2.594,76	9,00
	CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	82.111.299,65	72.191.658,76	PRELIMINAR DO TESOURO NACIONAL		653.399,85	826.873,72
	CREDITOS A RECEBER	343,99	0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		2.320.310,18	2.017.065,02
	LIMITE DE SAQUE COM CONTINUAÇÃO	82.110.955,66	72.191.658,76	DEPÓSITOS EM CIRCULAÇÃO		110.204.945,27	68.587.127,92
	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.478,69	0,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		3.482.130,48	7.708.584,94
	VALORES DIFERIDOS	11.478,69	0,00	RESTOS A PAGAR - PROCESSAÇÕES		2.144.074,76	4.604.259,17
	ATIVO NÃO FINANCEIRO	496.112.221,85	406.978.492,44	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO		1.003.337,65	3.088.164,82
	REALIZAVEL A CURTO PRAZO	7.090.935,21	7.944.649,82	FORNECEDORES - DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		933,17	0,00
	CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	2.468.198,80	2.320.375,70	PERSONAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO		0,00	0,00
	ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	1.979.205,21	3.943.859,93	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		135.764,90	17.161,00
	OUTROS CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	688.892,65	778.535,77	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		106.722.214,79	60.877.312,03
	BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	5.520.787,25	5.624.274,12	RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS		106.722.214,79	60.877.312,03
	ESTOQUES	5.493.255,35	5.596.712,12	A LÍQUIDA		0,00	236,96
	TÍTULOS E VALORES	27.562,00	27.562,00	VALORES EM TRANSITO ENVIADOS		59.502,13	2,25
	PERMANENTE	398.121.235,64	399.033.892,62	VALORES DIFERIDOS		59.502,13	2,25
	IMOBILIZADO	398.121.235,64	399.033.892,62	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		274.428,67	0,00
	BENS MOVEIS E IMOVEIS	401.884.761,56	400.116.229,61	DEPÓSITOS EM CIRCULAÇÃO A LONGO PRAZO		274.428,67	0,00
	DEPRECIACÕES, AMORTIZACÕES E EXAUSTÕES	-3.761.525,92	-1.803.366,99	PASSIVO NÃO FINANCEIRO		-55.658.840,66	71.778.186,38
	ATIVO REAL	520.073.285,35	480.468.431,18	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		-55.658.840,66	71.778.186,38
ATIVO COMPENSADO	ATIVO COMPENSADO			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	1.163.338,27
	COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS			PERSONAL A PAGAR		51.063.674,13	13.812.162,18
	RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B			REFITACAO DE RP NÃO PROCESSADOS A LÍQUID		-106.722.214,79	-60.877.312,02
	GABARITOS DE VALORES			PASSIVO REAL		57.656.240,21	143.210.075,29
	DISSÉTIOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		462.417.025,14	337.258.355,89
				PATRIMÔNIO/CAPITAL		337.168.355,89	424.296.338,33
				PATRIMÔNIO		337.168.355,89	424.296.338,33
				ADJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-24.077.468,92	0,00
				ADJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL		0,00	0,00
				RESULTADO DO PERÍODO		149.136.138,17	-87.037.982,34
				SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA		520.173.265,35	480.468.431,18
				SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA		-370.133.107,18	-557.506.413,52
				PASSIVO COMPENSADO		149.133.808,28	105.721.755,29
				COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS		149.133.808,28	105.721.755,29
				VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE		7.667,49	40.361,26
				VALORES EM GARANTIA		12.118.169,24	9.603.816,95
				DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		136.707.952,53	96.077.573,08
	ATIVO	669.307.074,61	586.190.136,47	PASSIVO		669.107.074,61	586.190.136,47


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS					EXERCÍCIO	MÊS
TÍTULO	SUBTÍTULO	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	2011	DEZEMBRO
ORGÃO SUPERIOR					08/02/2012	PÁGINA
VARIÁVEIS ATIVAS					VARIÁVEIS PASSIVAS	
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2010	2011	2010
ORÇAMENTÁRIAS	1.653.683.214,10	1.730.744.466,36	ORÇAMENTÁRIAS	1.701.012.986,93	1.701.012.986,93	1.595.418.806,78
RECEITAS CORRENTES	31.677.182,53	35.872.094,90	DESPESAS CORRENTES	1.621.591.654,72	1.621.591.654,72	1.523.716.504,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.511.240,53	19.836.681,08	PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.392.624,40	135.392.624,40	115.274.281,92
RECEITA PATRIMONIAL	9.515.156,40	456.854,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.783.918,86	213.783.918,86	194.494.092,42
RECEITA DE SERVIÇOS	4.208.718,29	6.161.246,68	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS DO ORÇAMENTO	102.375.111,46	102.375.111,46	171.940.124,44
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.032,80	3.855.337,85	PREVIDA - E ENCARGOS SOCIAIS	181.105.153,60	181.105.153,60	171.757.373,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.932.927,69	5.959.769,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.987,86	269.987,86	54.682.673,22
RECEITA ENTRE ORÇAMENTOS DO ORÇAMENTO	7.085,45	6.581,54	DESPESAS DE CAPITAL	72.741.586,97	72.741.586,97	54.682.673,22
RECEITA PATRIMONIAL	7.085,45	6.581,54	INVESTIMENTOS	6.674.803,40	6.674.803,40	6.965.889,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	6.674.803,40	6.674.803,40	6.965.889,15
RECEITAS DE CAPITAL	10.798.372,35	17.086.402,39	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	649.686,88	649.686,88	973.410,00
ALIEIÇÃO DE BENS	51.130,00	70.133,15	REPASSO CONCEDIDO	5.985.802,51	5.985.802,51	6.593.476,90
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.745.242,35	36.986.269,24	SUB-REPASSO CONCEDIDO	59.502,13	59.502,13	7,25
DEBITOS DA RECEITA	-4.634.212,27	-12.731.888,20	VALORES REFERIDOS - INSCRIÇÃO	44.941,84	44.941,84	42.841,63
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.654.932.933,20	1.567.879.834,90	MUTUAÇÕES PASSIVAS	44.941,84	44.941,84	42.841,63
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.648.955.839,75	1.561.283.906,84	DESTINOCORPORAÇÕES DE ATIVOS	44.941,84	44.941,84	42.841,63
LOTA RECEBIDA	5.985.602,45	6.593.476,84	LIQUIDAÇÃO DE CREDITOS	171.418.723,45	171.418.723,45	463.316.679,06
SUB-REPASSO RECEBIDO	2,25	276,34	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	18.583.122,59	18.583.122,59	187.823.877,25
VALORES DIFERIDOS - BATA	11.478,69	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00	601,99
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	130.885.981,29	122.633.358,17	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	0,00	0,00	1.040.961,25
MUTUAÇÕES ATIVAS	53.098.169,20	62.431.413,19	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	16.583.322,59	16.583.322,59	186.792.314,71
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	16.017.846,48	18.139.820,79	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	152.873.400,80	152.873.400,80	274.602.757,10
AQUIZIÇÃO DE BENS	37.060.261,72	44.293.592,46	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	82.297.716,84	82.297.716,84	65.855.493,34
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS	97.197.883,09	60.201.764,94	DESMINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	29.833.838,16	29.833.838,16	21.631.029,97
DESMINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	152.022.694,45	730.953.135,23	BAIXA DE BENS IMOVEIS	13.720.346,46	13.720.346,46	17.906.979,84
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	170.392,35	186.594.882,83	BAIXA DE BENS MOVEIS	39.701.532,22	39.701.532,22	46.257.533,53
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	BAIXA DE DIREITOS	2.674.867,07	2.674.867,07	1.092.396,39
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	170.392,35	186.594.882,83	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.674.867,07	2.674.867,07	1.092.396,39
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	151.652.267,10	64.333.252,40	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	52.122.872,67	52.122.872,67	180.582.796,77
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	29.570.508,59	45.960.147,01	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	15.172.909,28	15.172.909,28	2.116,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	15.055.155,03	29.833.074,74	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.750.000,51	14.750.000,51	2.110,00
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	12.460.806,24	15.676.574,97	AJUSTES FINANCEIROS	1.422.878,77	1.422.878,77	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	1.823.945,32	4.208.497,30	AJUSTES NAO FINANCEIROS	149.236.158,17	149.236.158,17	0,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	25.017.915,08	17.688.079,46	RESULTADO PATRIMONIAL	149.236.158,17	149.236.158,17	0,00
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	538,64	17.885.079,46	SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00
REVALUAÇÕES DE BENS	96.943.842,63	513.075,93				
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	0,00	87.037.582,34				
DESMINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	87.037.582,34				
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	2.048.235.583,85				
DEFICIT	2.071.685.879,55	2.048.235.583,85				
VARIÁVEIS ATIVAS	2.071.685.879,55	2.048.235.583,85	VARIÁVEIS PASSIVAS	2.071.685.879,55	2.071.685.879,55	2.048.235.583,85


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS				EXERCÍCIO 2011		MÊS DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS				- EMISSÃO		PÁGINA	
ORÇAO SUPERIOR		16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS				08/07/2012		1	
		RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	899.971,00	899.971,00	27.040.847,26	-26.140.876,26	CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.641.510.336,00	1.708.399.089,34	1.694.293.251,69	14.105.837,65
RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	17.511.240,53	-17.511.240,53	DESPESAS CORRENTES	1.568.202.562,00	1.621.616.603,00	1.621.551.654,72	64.946,28
RECEITAS PATRIMONIAIS	457.997,00	457.997,00	3.522.215,74	-3.064.218,74	PESSOAL E ENCARGOS SOC	1.355.513.462,00	1.407.497.778,00	1.407.497.778,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	233.508,00	233.508,00	74.620,74	-158.887,26	OUTRAS DESPESAS CORREN	212.687.100,00	214.118.825,00	214.053.876,72	64.946,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	208.466,00	208.466,00	5.932.770,25	-5.724.304,25	DESPESAS DE CAPITAL	73.307.776,00	86.793.486,34	72.741.596,97	14.040.889,37
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	36.793.472,35	-36.793.472,35	INVESTIMENTOS	73.307.776,00	86.793.486,34	72.741.596,97	14.040.889,37
RECEITAS DE RENDAS	0,00	0,00	48.230,00	-48.230,00					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	36.745.242,35	-36.745.242,35					
SUBTOTAL I	899.971,00	899.971,00	63.834.319,61	-62.934.348,61	SUBTOTAL I	1.641.510.336,00	1.708.399.089,34	1.694.293.251,69	14.105.837,65
SUPERÁVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	718.324,00	0,00	718.324,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	50.166.000,00	0,00	50.166.000,00					
TOTAL	899.971,00	51.794.295,00	63.834.319,61	-12.039.024,61	TOTAL	1.641.510.336,00	1.708.399.089,34	1.694.293.251,69	14.105.837,65
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.630.458.932,08	-1.630.458.932,08	SUPERÁVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	899.971,00	51.794.295,00	1.694.293.251,69	-1.642.508.936,69	TOTAL GERAL	1.641.510.336,00	1.708.399.089,34	1.694.293.251,69	14.105.837,65


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MÊS	
SUBTÍTULO		15000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		2011		DEZEMBRO	
ORGÃO SUPERIOR		15000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		EMISSÃO		PÁGINA	
				01/02/2012		1	
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS				COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010		
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	31.830.265,16	1.258.279,98	CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	-82.111.299,65	-72.191.658,76		
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	20.050.806,08	0,00	CREDITOS A RECEBER	-82.111.299,65	-72.191.658,76		
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS	1.784.459,08	1.258.279,98	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-82.110.995,66	-72.191.658,76		
			UNITE DE SAQUE CIRCULAÇÃO DE PAGAMENT	-82.110.995,66	-72.191.658,76		
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	-343,99	0,00		
			CREDITOS A RECEBER - FOLHA DE PAGAMENTO	-343,99	0,00		
			VALORES DO ATIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	-11.478,69	0,00		
			RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	11.478,69	0,00		
			DEPÓSITOS	2.776.314,80	2.844.758,74		
			CONTABILIZAÇÕES	2.776.314,80	2.844.758,74		
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	853.389,90	826.873,72		
			DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.120.310,16	2.017.885,02		
			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	110.204.845,27	88.567.177,92		
			DEBÍTCOS A PAGAR	110.008.090,37	88.569.735,96		
			FORNECEDORES	3.344.412,41	7.632.423,94		
			DO EXERCÍCIO	2.344.074,76	4.604.259,12		
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000.337,65	3.028.164,82		
			PESSOAL A PAGAR	933,17	0,00		
			DO EXERCÍCIO	933,17	0,00		
			RESTOS A PAGAR	106.722.714,79	80.877.312,02		
			MAO PROCESSADOS A LÍQUIDAR	106.722.714,79	80.877.312,02		
			CREDITOS DIVERSOS	1.86.754,90	37.161,00		
			CREDITOS DIVERSOS A PAGAR	1.86.754,90	37.161,00		
			VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	0,00	230,96		
			SAQUE POR CARTÃO DE CREDITO CORPORATIVO	0,00	230,96		
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	59.532,11	2,25		
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	59.532,11	2,25		
			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	274.428,67	0,00		
			DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	274.428,67	0,00		
			SUPERÁVIT/DEPÓSITO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	845.912,63	2.058.049,83		
			DISPONIBILIDADES PRONTE DE RECURSOS	853.988,07	2.058.052,08		
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-48.023,44	-2,25		
			DISPONIBILIDADE DE COTA DIFERIDA RECEBIDA	-48.023,44	-2,25		
			DISPONIBILIDADE SOBREPASSO DIFERIDO RECEB	-11.478,69	0,00		
			DISPONIBILIDADE SOBREPASSO DIFERIDO CONCED	11.478,69	0,00		
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	31.830.265,16	1.258.279,98	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	31.830.265,16	1.258.279,98		



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 96 páginas
(OS: 11266/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

